

OEI

IBERO-AMÉRICA RESPONDE:

democracia, educação e futuro



01
Dezembro 2025

Ibero-América
em Democracia

Ibero-América

em Democracia

Comitê Editorial do projeto Ibero-América em Democracia

Direção: Mariano Jabonero e Ramón Jáuregui

Membros: Carolina Bescansa, Fernando Carrillo Flórez, Ana Paula Laborinho, José María Lassalle, Carlos Malamud, Carmen Martínez de Castro, Cándido Méndez, Erika Rodríguez Pinzón e Cruz Sánchez de Lara

Coordenação do projeto: María Ignacia Bensadon Toso

Coordenação da publicação: María Ignacia Bensadón Toso e Camila Saute Torresini

Revisão de ortografia e de estilo: Cálamo y Cran

Design e diagramação: Didot&Bodoni

Tradução ao português: Simone Nascimento Campos e Mary Jane de Santana Gomes

ISSN: 3106-6631

Depósito Legal: M-26845-2025

Impresso por: Gráficas Muriel, Madrid, dezembro 2025

© Desta edição: OEI

© Dos textos: seus autores

© Das imagens: seus criadores

Esclarecimentos:

- O conteúdo desta publicação é de responsabilidade exclusiva dos seus autores e não reflete, necessariamente, a posição da OEI.
- Alguns artigos incluídos nesta publicação foram publicados no El País América e outros no Enclave ODS (El Español). Em todos os casos, a OEI conta com a autorização desses dois meios de comunicação para divulgar os textos neste formato e traduzi-los para o português.
- Este material foi concebido para ter a maior divulgação possível e, assim, contribuir para o conhecimento e a troca de ideias. Autoriza-se a sua reprodução, desde que se cite a fonte e de que se realize sem fins lucrativos.

ÍNDICE

Ibero-América responde: democracia, educação e futuro	4.
Ibero-América em democracia: o valor do diálogo e do consenso Mariano Jabonero e Ramón Jáuregui	6.
Tempestade sobre Washington José María Lassalle	10.
Educação para enfrentar o declínio democrático Fernando Carrillo Flórez	16.
A crise da democracia na América Latina: diagnóstico e tratamento Rogelio Núñez	20.
Educação e democracia: três crises que ameaçam o progresso social Tamara Díaz Fouz	26.
Educação e sociedade, um binômio necessário para o desenvolvimento social Anamarys Rojas Murillo e María Dolores Díaz-Durán	32.
A Babel norte-americana Jorge Zepeda Patterson	36.
A erosão democrática na Ibero-América Rafael Rojas	40.
Democracia e disruptão digital: desafios para o ensino superior ibero-americano Erika Rodríguez Pinzón	44.
Mapeamento de lacunas na transformação digital da educação: reflexões sobre o valor do diagnóstico participativo Eréndira Andrea Campos	50.
Programados para desconfiar: juventude, algoritmos e a crise do comum Elsa Arnaiz	56.
Resistência democrática Daniel Innerarity	62.
A urgência de reforçar a memória chilena Yasna Mussa	66.
Entrevista com Adela Cortina Maria Bensadon	70.
Entrevista com Cecilia Bobes Carla Gloria Colomé	76.
Uma contrarrevolução cultural na América Latina? Pablo Stefanoni	82.
Os desafios da divisão dos poderes Manuel Alcántara	88.

IBERO-AMÉRICA RESPONDE:

democracia, educação e futuro

Temos o prazer de apresentar a primeira edição impressa de **Ibero-América em Democracia**, uma publicação que nasce da convicção de que as ideias precisam de um suporte que convide a uma leitura tranquila e crítica. Em uma época saturada de estímulos, manchetes fugazes e debates imediatos, apostamos em desacelerar e oferecer uma obra concebida com esmero: um design contemporâneo, uma leitura agradável e um conjunto de reflexões capazes de resistir à urgência do momento. Nas palavras de Byung-Chul Han, vivemos na “sociedade do cansaço”, onde o excesso de informação esgota a capacidade de pensar; esta revista busca o contrário: tornar o pensamento tangível, devolver-lhe tempo e espaço, e reivindicar o valor das palavras quando tratadas com cuidado.

Ibero-América em Democracia nasceu em janeiro de 2025 com um objetivo inequívoco: reunir vozes diversas do mundo ibero-americano, com reconhecido compromisso com a democracia, além de ampliar a visão sobre os desafios que nossa região enfrenta. Aspiramos a que convivam diferentes perspectivas — ora complementares, ora em aberta tensão — porque desse contraste surgem ideias que permitem imaginar caminhos comuns. Este primeiro número reúne os textos iniciais do projeto, publicados também graças à colaboração com *El País América* e *El Español*, e abre uma etapa que se fortalecerá com fóruns, encontros e espaços de debate que acompanharão esta edição impressa.

A revista quer se consolidar como um espaço rigoroso e vivo para pensar a democracia, reunindo algumas das vozes mais influentes do pensamento ibero-americano. Suas análises abrangem desde os dilemas geopolíticos e as tensões institucionais até os efeitos da tecnologia na participação e na formação da opinião pública. Também se detêm sobre a lacuna crescente entre as expectativas dos cidadãos e a capacidade de resposta dos Estados, um desafio que afeta tanto as democracias consolidadas quanto aquelas que ainda estão amadurecendo. Esta publicação busca oferecer uma visão clara em meio ao desacordo e recuperar a profundidade do debate público.

Um dos seus eixos centrais é a ética democrática. A entrevista com Adela Cortina traz chaves valiosas para repensar a responsabilidade individual, a necessidade de construir um “nós” inclusivo e a urgência de não cair na indiferença moral — essa que, como lembra a própria filósofa espanhola contemporânea, esvazia a vida cívica de sentido e enfraquece a convivência. Essas reflexões mostram que a democracia não se sustenta apenas nas instituições, mas também nos laços sociais que as legitimam. Em conjunto, os textos aqui apresentados traçam um amplo mapa dos desafios atuais: do papel da educação e da cultura aos riscos da polarização, da desinformação e da perda de confiança.

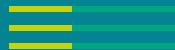
Mais do que uma simples coletânea de artigos, **Ibero-América em Democracia** é um convite aberto ao diálogo. É um espaço que aspira crescer, somar encontros, mesas de trabalho e fóruns que mantenham viva uma conversa plural e serena. Seu propósito é claro: construir pontes, ampliar a visão e demonstrar que o pensamento crítico, quando exercido com honestidade e vocação para o bem comum, continua sendo uma ferramenta poderosa para renovar nossas democracias.

Esta revista não pretende se limitar ao diagnóstico; também tem o fim de contribuir para uma cultura democrática baseada na deliberação, no conhecimento e na participação ativa. Em tempos de desconfiança e muita informação desencontrada, estas páginas querem servir como um ponto de orientação, um estímulo e um lembrete de que o futuro da Ibero-América só poderá ser construído por todas e todos — e para todas e todos.

Obrigada por dedicar seu tempo à leitura e à reflexão. Esperamos que estas páginas acompanhem suas próprias perguntas e sejam um incentivo para continuar pensando conosco.

María Bensadon (coordenadora)

IBERO-AMÉRICA EM DEMOCRACIA: O VALOR DO DIÁLOGO E DO CONSENSO.





POR RAMÓN JÁUREGUI E MARIANO JABONERO

Presidente, Fundación Euroamérica | Secretário-Geral, OEI

Ademocracia passa por uma crise global. Como bem advertiu Moisés Naím (2022), está sendo ameaçada por três cavalos de Tróia: a **pós-verdade**, alimentada pelas redes sociais que banalizaram o debate público e por tecnologias capazes de manipular, confundir e enganar, tornando verossímil a mentira; o **populismo**, que se aproveita do descontentamento popular oferecendo falsas soluções para as diversas queixas dos cidadãos; e a **polarização**, consequência direta – mas não exclusiva – desses dois fenômenos, que mina os consensos e o centro político, e transforma a política em um campo de batalha.

A estes desafios se somam outros de ordem global: conflitos armados, tensões geopolíticas crescentes e o enfraquecimento do papel dos organismos internacionais, além da crescente relevância geopolítica de novos atores econômicos, tecnológicos e comerciais, cujos interesses particulares tendem a prevalecer sobre as políticas públicas voltadas ao bem-estar comum. Tudo isso tem gerado uma perigosa desconexão (Malamud & Núñez Castellano, 2025) entre as instituições democráticas e as expectativas cidadãs.

Na Ibero-América, esses desafios são sentidos com maior intensidade. As democracias da região são, talvez, mais vulneráveis devido a problemas estruturais como a corrupção, a insegurança, as desigualdades persistentes, a economia informal e a fragilidade institucional, entre outros. É justamente em nossa região que o discurso e a pedagogia democrática são mais necessários porque nos deparamos com paradoxos preocupantes: a maioria da população na América Latina quer viver em democracia, mas a confiança nas instituições está diminuindo dia a dia (Latinobarômetro, 2023).

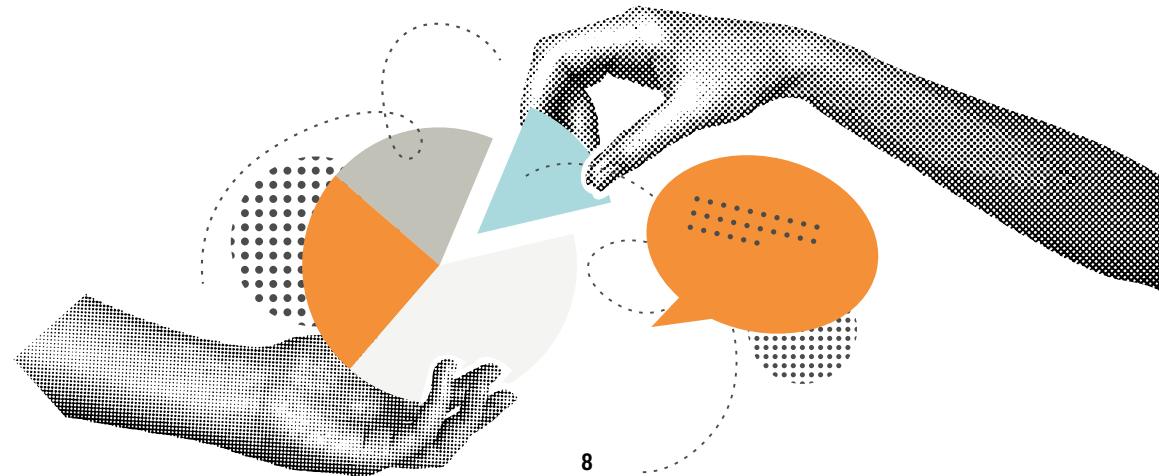
Reivindicamos eleições livres e justas para escolher nossos representantes, mas a qualidade da representação é questionada. Acreditamos na democracia e no Estado de Direito, mas há muitas violações de suas regras e princípios por parte do poder e os mecanismos de equilíbrio e controle não são respeitados. Todos queremos viver em liberdade, mas muitas pessoas estão dispostas a sacrificá-la em troca de segurança. Uma pesquisa recente nos alerta que um em cada quatro jovens espanhóis com menos de 26 anos considera que, “em certas circunstâncias”, o autoritarismo pode ser preferível à democracia, e isso é motivo de preocupação.

Em um momento em que as democracias enfrentam tensões crescentes e os espaços de diálogo estão ameaçados, a Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI) lançou **Ibero-América em Democracia**, uma iniciativa apoiada por um comitê editorial formado por especialistas e diversas vozes, para refletir sobre os desafios democráticos na região. Por meio de artigos, encontros, fóruns e mesas de trabalho,



o projeto busca fomentar o diálogo sobre temas fundamentais como a separação de poderes, os processos eleitorais e o papel da educação, da cultura e da ciência na construção de sociedades mais justas. Com esta proposta, a OEI aposta em renovar a confiança na democracia por meio da troca de ideias, da participação intergeracional e da publicação de textos de qualidade.

A esta iniciativa se soma, a partir de hoje, o El País América, criando um espaço para promover a reflexão serena, a análise rigorosa e o compromisso com os valores democráticos. Sob o título **Ibero-América em Democracia**, esta série de artigos, que serão publicados quinzenalmente, reunirá autoras e autores de referência no mundo ibero-americano:



vozes com experiência, pensamento próprio e defesa ativa da liberdade, dos direitos humanos, da educação e da institucionalidade. O objetivo é claro: contribuir para um debate público mais sólido, plural e construtivo.

Este projeto nasce do encontro natural entre duas instituições que compartilham princípios: uma organização com uma trajetória consolidada nas áreas de educação, cultura e direitos fundamentais e um meio de comunicação comprometido com o jornalismo livre, o pensamento crítico e o debate de qualidade. Para a OEI e o El País América, cuidar da democracia também implica criar espaços onde seja possível pensar em profundidade, discordar com respeito e construir ideias voltadas ao bem comum.

Ibero-América em democracia é uma tentativa de fortalecer os valores e princípios da democracia e dos direitos humanos, como base indispensável para a convivência em nossas sociedades. Porque não há outra maneira de viver em liberdade. Porque não queremos ditaduras nem autocracias (já sofremos demais com elas no passado e ainda restam muitas). Porque acreditamos em uma convivência pautada por direitos e deveres. Porque queremos viver em paz e progresso. Porque, mesmo conscientes de suas imperfeições, falhas e ineficiências, estamos convencidos de que a democracia é o melhor regime político para garantir liberdade, igualdade de direitos, justiça e cidadania.

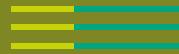
Ibero-América em democracia é uma página aberta à colaboração do pensamento e da reflexão democrática ibero-americana (sem adjetivos) com o propósito de alcançar o público ibero-americano por meio da palavra. É uma iniciativa apartidária, aberta, plural e da sociedade civil voltada a todas as pessoas comprometidas com a Democracia e os direitos humanos. **Ibero-América em democracia** não é nada mais do que isso, mas também não é nada menos. As adversidades são muitas, mas para nós, como disse Blas de Otero, o poeta social: «**nos resta a palavra**».

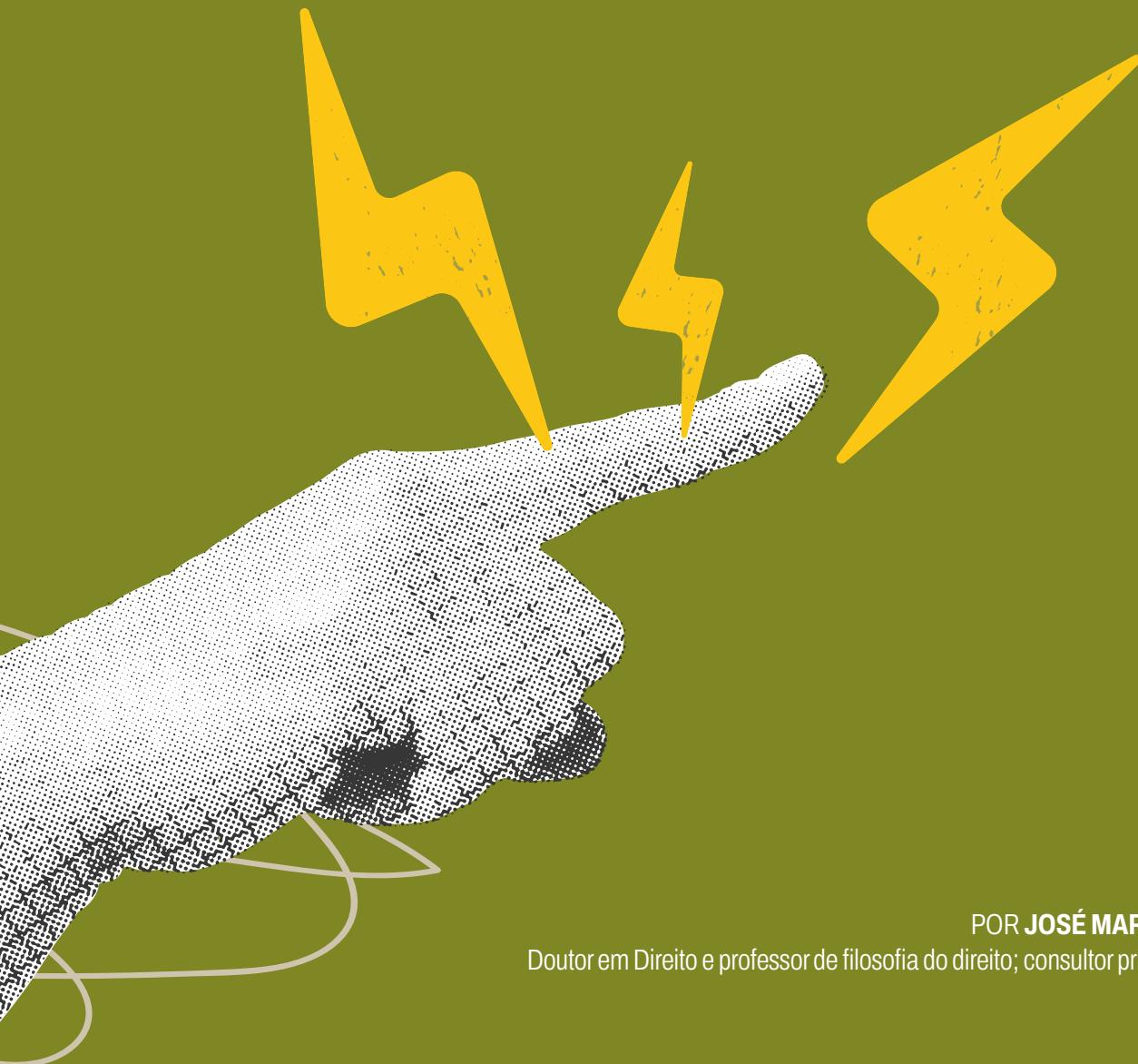
“
ACREDITAMOS
em uma convivência pautada
por direitos e deveres. Porque
queremos viver em paz
e progresso.
”

Referências:

- Latinobarómetro (2023). *Informe 2023. La recesión democrática de América Latina.*
<https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>
- Malamud, C. y Núñez Castellano, R. (2025). *Las elecciones latinoamericanas en 2025: nuevas y viejas dinámicas*. Real Instituto Elcano.
<https://www.realinstitutoelcano.org/analisis/las-elecciones-latinoamericanas-en-2025-nuevas-y-viejas-dinamicas>
- Naim, M. (2022). *La revancha de los poderosos*. Ed. Debate. Madrid.

TEMPESTA DE SOBRE WASHINGTON.





POR **JOSÉ MARÍA LASSALLE**

Doutor em Direito e professor de filosofia do direito; consultor privado e ensaísta

Washington está passando por uma tempestade populista que está pondo à prova a solidez republicana da Constituição de 1787. Esta já resistiu em 2017 à dura investida do primeiro mandato de Trump e até mesmo ao golpe de Estado arquitetado por ele, o ataque ao Congresso em 6 de janeiro de 2021. Será que agora conseguirá resistir ao impacto de um terceiro assalto populista após seu retorno à Casa Branca?

A pergunta é transcendental. Não apenas para os Estados Unidos. A viabilidade da democracia liberal no mundo depende de sua permanência onde nasceu sob sua concepção moderna em 1776. Algo que está seriamente comprometido pela convergência de forças que apoiam o populismo de Trump no que, sem dúvida, será a maior

batalha que ele travará contra a Constituição americana nos próximos anos.

A priori, as chances de o sistema institucional entrar em colapso são muitas. Não tanto porque seu desenho não tenha a capacidade de reagir, mas porque a soma de ativos tóxicos que o governo Trump pode lançar sobre ele é muito poderosa. Vale lembrar que o impacto das agressões sofridas durante o período de 2017-2020 não foi adequadamente curado pelo ex-presidente Biden. Para isso contribuiu, sem dúvida, o fato de que a agitação trumpista continuou a minar a solidez das instituições republicanas, empregando uma estratégia sistemática para desacreditá-las por meio do movimento MAGA nas redes sociais.

Entretanto, o maior problema enfrentado pela barreira da Constituição americana diante do poderoso tsunami populista que começa a exercer pressão sobre ela é que **Trump voltou à Casa Branca com a experiência que não teve da primeira vez e com um plano de ação**. Ele agora conhece muito bem o funcionamento de Washington e traz consigo um programa de ações populistas que visam a derrubar o sistema constitucional.

A VIABILIDADE
da democracia liberal no
mundo depende de sua
permanência onde nasceu
sob sua concepção moderna
em 1776.



A estrutura federal da União e o fato de haver 27 governadores republicanos e 23 democratas, bem como legislaturas federais que estão nas mãos alternativas de uns ou de outros são decisivos aqui. Esses órgãos são muito zelosos quando se trata de exercer os poderes que foram constitucionalmente atribuídos aos estados. Por exemplo, estados como Califórnia, Nova York e Michigan, os três estados democratas têm, assim como os 47 estados restantes da União, poderes básicos para desenvolver políticas de segurança, saúde, bem-estar social, educação, direito trabalhista e comercial, entre outras.

Além disso, Trump pode contar com a ajuda do controle que tem sobre as duas câmaras do Congresso para os próximos dois anos. **O Partido Republicano não tem personalidades relevantes** capazes de se opor às suas iniciativas. Não devemos esquecer que o *Grand Old Party* de Lincoln foi substituído pelo MAGA. Uma oferta de aquisição corporativa (OPA) que anda de mãos dadas com a irrelevância dos democratas, que ainda estão em estado de choque após a derrota de Kamala Harris e incapazes de definir uma estratégia de oposição coerente diante das iniciativas do novo presidente.

Os dois anos que Trump tem pela frente antes da *Mid-term Election de 2026* são essenciais para seus objetivos de demolição constitucional. **Todo o seu projeto está em jogo nesse período**.

Esse emaranhado de complexidade jurídica torna as iniciativas de Trump **suscetíveis à oposição federal e judicial**, sendo esta última decisiva, pois os juízes e tribunais distritais podem recorrer das iniciativas presidenciais e paralisá-las. E embora a Suprema Corte esteja sob o controle de Trump, **os juízes e tribunais são totalmente independentes no exercício de seu poder jurisdicional**. Uma circunstância que blinda a Constituição, que é muito militante na garantia da separação de fato de poderes.

A Constituição americana foi pensada para exercer um controle efetivo sobre o poder e impedi-lo de sair de seus eixos institucionais. Mas, sobretudo, ela articulou múltiplos mecanismos de controle e equilíbrio em um ecossistema de interações de contrapoder voltados a impedir a arbitrariedade.



Especialmente aquela que faz o povo se tornar soberano através das urnas e a que surge da liderança presidencial quando esta cede à tentação monárquica de parecer irresistível.

Aqui, a experiência coletiva sofrida na própria carne pela tirania de George III teve influência no texto. Devemos lembrar que os teóricos que idealizaram a Constituição o fizeram sob uma perspectiva republicana inspirada na tradição romana e no equilíbrio que existia entre a “auctoritas” aristocrática e a “potestas” popular. Um equilíbrio que moderava o poder do povo e o submetia a uma legitimidade superior, a qual sancionava seu exercício de acordo com regras que continham sua tendência ao despotismo.

A CONSTITUIÇÃO AMERICANA
articulou múltiplos mecanismos de controle e equilíbrio em um ecossistema de interações de contrapoder voltados a impedir a arbitrariedade.



Tanto Adams quanto Jefferson partiram dessas premissas. Até o ponto em que deram forma institucional às reflexões que tinham estudado em Cícero, Tito Lívio, Salústio e Políbio. Todos eles autores que também abordaram suas teses por meio da observação in loco em alguns casos e, em outros, por meio da memória histórica da crise da república e de seu colapso. Isso é expressamente reconhecido por Adams em “A Defense of the Constitution of the United States of America” (1787). Nela, ele destacou que a Lei das Leis aprovada pelo povo americano se baseava na experiência política do passado na Inglaterra e na Europa, e seu objetivo maior era **evitar a corrupção do poder**, entendida como um desvio de sua finalidade legítima, que pairava como uma tentação tanto sobre os governantes quanto sobre os governados.

Por isso, o modelo político estabelecido pela Constituição é um governo federal misto. Ele busca alcançar um ponto de equilíbrio entre as forças funcionais exercidas pelos poderes judiciário, legislativo e executivo, **evitando que qualquer um deles se sobreponha aos demais**. Um propósito que, também, é moldado de forma transversal dentro de uma estrutura federal que, por sua vez, reproduz esses mesmos poderes em cada estado da União, replicando-os em uma escala menor em uma base distrital, que descentraliza ainda mais o modelo.

O resultado final é um **ecossistema complexo de poder** que, como advertiu Jefferson, impede a tirania de um sobre todos, de poucos sobre muitos ou de muitos sobre poucos. **Uma filosofia militante a favor do controle do poder** que é ativada especialmente quando o poder, como neste caso, não quer ser governado pelas regras dadas e pretende modificá-las para romper o equilíbrio e concentrar sua força de forma irresistível.

Em resumo, trata-se de um ecossistema de poder a serviço de um governo misto que até agora nunca colapsou porque está em constante verificação. Entre outros motivos, porque as maiorias no Congresso estão sujeitas a renovação parcial a cada dois anos, na confiança de que a sociedade americana reagirá eleitoralmente caso uma

tentação tirânica venha a emergir, seja por parte do executivo ou do próprio legislativo.

Portanto, segundo Adams, a velha “Whig Nation”, fundada em 1776, sempre terá recursos eleitorais para ativar e concretizar o compromisso com a liberdade republicana sobre a qual foi criada. Entre outras razões, porque sempre haverá redutos de poder que, embora residuais, terão a capacidade de resposta institucional para evitar uma concentração absoluta de poder que possa levar ao colapso do sistema. Tem sido assim desde 1787 e não há motivo para duvidar de que continue sendo assim agora.

Hoje, só há uma circunstância que nunca aconteceu antes e que poderia mudar radicalmente as coisas. Se os Estados Unidos entrassem em guerra. Então, **Trump veria seu poder executivo fortalecido a ponto de se tornar legalmente um ditador**. É o que prevê a Constituição americana, inspirada na prática institucional de Roma, quando estabeleceu que, se a república fosse ameaçada, o Senado renunciaria a sua auctoritas e as magistraturas a sua potestas, para concentrá-las temporariamente nas mãos de um ditador que, com plenos poderes, salvaria a pátria do inimigo externo.



Assim, em caso de guerra, os Estados Unidos confeririam ao presidente Trump o status de um senhor da guerra militar que, ao controlar o Congresso, não seria responsabilizado e não teria que renunciar ao seu poder excepcional até que fosse exigido pela Câmara. A presidência, portanto, durante o estado de guerra, **transformaria o governo misto em uma monarquia republicana que poderia canalizar todas as energias nacionais para o fim último da segurança nacional**.

Nesse cenário excepcional, com Trump, a Constituição se voltaria contra si mesma, pois, seguindo o exemplo do General Washington e do poder que ele exerceu durante a Guerra da Independência, ela fundiria a presidência e o comando militar, mas **sem que o Congresso tivesse controle de fato sobre ele**. Um fenômeno que em 1787 foi explicado pela ameaça representada pelo Império Britânico do vizinho Canadá e que justificou a primazia do valor da segurança nacional sobre qualquer outro, mas que agora poderia ser **o princípio que derrubaria a própria Constituição e transformaria os Estados Unidos em uma tirania**.

Se estourasse uma guerra no Mar da China, o Congresso controlaria Trump? Exigiria que ele prestasse contas ou permitiria que ele, enquanto estivesse em guerra, implementasse o programa populista MAGA que, inspirado no Iluminismo das Trevas de Nick Land ou Mencius Moldburg, não esconde que gostaria de transformar os Estados Unidos em uma monarquia corporativa governada por um CEO com plenos poderes?

A sombra da camarilha pretoriana do Vale do Silício no Salão Oval não é um bom presságio. A disputa pela supremacia tecnológica por meio da inteligência artificial é uma luta econômica pela hegemonia global, algo que os pais fundadores da Constituição americana nunca pretendiam. Resta esperar que o peso da tradição e da memória histórica que ainda está no DNA da **“Whig Nation”** resista ao futurismo aceleracionista dos tecnolibertários que acompanham a aventura cesarista de Trump.

O modelo político estabelecido pela Constituição é um governo federal misto.

Ele busca alcançar um ponto de equilíbrio entre as forças funcionais exercidas pelos poderes judiciário, legislativo e executivo, evitando que qualquer um deles se sobreponha aos demais.



EDUCAÇÃO PARA ENFRENTAR O DECLÍNIO DEMOCRÁTICO.





POR **FERNANDO CARRILLO FLÓREZ**

Primeiro vice-presidente do Conselho de Administração da PRISA, advogado e economista

As múltiplas ameaças que pairavam sobre a democracia de forma latente, oculta ou sutil, nos últimos meses, transformaram-se em realidades atuais. **São preocupantes porque, sob diferentes formas de autoritarismo, atacam com força a essência dos valores e princípios que não são apenas ocidentais, mas também universais.**

Chegou-se a acreditar que os princípios e valores desse sistema político surgiam por passe de mágica ou se desenvolviam como fenômenos naturais. Mas a verdade é que eles precisam ser cultivados, pois a democracia não é uma realidade conquistada de forma definitiva, um fato consumado ou uma circunstância garantida. Por outro lado, diante da forma pouco pudorosa de se

fazer política hoje em dia, muitos têm insistido em atribuir a culpa à democracia. Assim, **essa forma de governo tornou-se o bode expiatório da má política e dos políticos nocivos.**

A educação para a democracia e seus valores, assim como a cultura política, são estruturais, além de constituirão uma fonte de capital democrático. Essa é a essência do sistema imunológico desse modelo político: os mínimos necessários para a convivência social, que devem estar presentes nas conversas cotidianas daqueles que sabem o que podem perder quando alguém decide colocar tal sistema em risco. Além disso, esses mecanismos de defesa do ecossistema democrático **partem do sistema educacional, que hoje está cada vez mais distante desse compromisso.**

Por isso, **os grandes desafios dessa forma de governo** — hoje tão sitiada e vilipendiada por muitos — **estão intimamente ligados aos próprios desafios da educação**. Embora existam princípios e valores absolutos e inegociáveis que fazem parte da alma da democracia, ela mesma precisa ter a capacidade de se renovar e se adaptar aos desafios geracionais, como afirma John Dewey (1916). Por exemplo, os mecanismos da democracia participativa e deliberativa, como complemento da representativa, devem ser produto de uma cultura e pedagogia cidadãs que não podem ser construídas a partir do nada.

Portanto, é necessária uma conversa preventiva sobre os perigos do populismo autoritário, que está na moda atualmente, e que aborde a vida em comunidade por meio da pedagogia dos valores públicos essenciais. Isso possibilitará gerar consciência política na sociedade, por exemplo, sobre o que significam o cerceamento das liberdades públicas, as violações dos direitos fundamentais, as novas desigualdades e o despotismo populista, bem como sobre os desafios tecnológicos, o fanatismo messiânico, o extremismo de esquerda e de direita, o desprezo e o esmagamento dos mais fracos e a aporofobia, tão bem cunhada por Adela Cortina (2017).

A primeira linha de defesa da democracia deveria ser os jovens que hoje não a sentem como algo próprio. Considerando a forma como a política é praticada, as novas gerações percebem que esse sistema político não muda as coisas, não melhora suas vidas nem abre caminho para um futuro melhor (Latinobarômetro, 2024). Para eles, a política se tornou um fardo repulsivo e vulgar, que arrasta consigo a democracia.

Defender a democracia deve ser um imperativo para os jovens. Ela não está garantida e deve ser conquistada todos os dias. Assim como no passado, as novas gerações são chamadas a ser a barreira de proteção contra aqueles que invocam contrarreformas extremistas ou populistas e pretendem perpetuar a política do obscurantismo, da corrupção, das redes clientelistas, do tráfico de influências, dos partidos de fachada, da corrupção e da concentração de poder.

Por isso, **os programas de formação cidadã e de liderança na defesa das instituições democráticas são as sementes ideais para construir mecanismos de contrapeso às decisões que se fundamentam no descrédito deste sistema político como ferramenta de bem-estar**. Chega-se ao ponto de considerar que o sistema atrapalha o líder autoritário ou é simplesmente dispensável por sua desconexão com a cidadania, o que o torna uma promessa não cumprida.

Para evitar que isso aconteça, a cidadania não deve apenas ser educada nas competências tradicionais, mas também deve estar bem-informada, com rigor e profissionalismo. Já foi dito que vivemos em um mundo de desinformação e proliferação da mentira, como elementos indissociáveis de um poder tecnológico sem limites éticos que está se impondo. Nesse sentido, assistimos como espectadores à consolidação de tiranias digitais que se firmam sem qualquer arrependimento.



Hoje está claro que certas tecnologias podem ser desenvolvidas para identificar conteúdo desinformativo, mas o que é **realmente transformador é a educação**. As pessoas precisam saber, por exemplo, que as grandes plataformas baseiam seus negócios essencialmente na interação com os usuários, que o conteúdo falso e de ódio aumenta essa interação e que, portanto, é necessário **ensinar a distinguir e contrastar fontes e mídias**. Tudo isso deve fazer parte do catálogo de defesa da liberdade de imprensa em um contexto de educação para a democracia, que dê mais ênfase à autorregulação, aos controles de qualidade e à transparência. E não, isso não constitui, como alguns dizem, uma restrição à liberdade de expressão, que deve ser sempre iluminada pela verdade.

“
DEFENDER
a democracia deve ser um
imperativo para os jovens.
As novas gerações são
chamadas a ser a barreira
de proteção contra aqueles
que invocam contrarreformas
extremistas ou populistas.”

Também os desafios da tecnologia, e em particular os da inteligência artificial generativa, inserem-se neste difícil cenário de como regulá-los para que não afetem a vida e o funcionamento da democracia. Porque, neste caso, **existem princípios e valores éticos dessa forma de governo que exigem políticas públicas concretas para alfabetizar em competências digitais, defender esses valores e vigiar questões tão críticas como a avaliação do impacto ético da inteligência artificial na sociedade e no sistema democrático**. A tecnologia não pode se tornar o grande carrasco da democracia, e isso é conseguido por meio da educação, colocando a tecnologia a serviço da humanidade, e não o contrário.

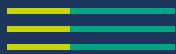
A educação e a cultura cidadã, como fatores de fortalecimento democrático, **são elementos-chave para gerar consensos, promover a deliberação e as convergências, dar sentido às conversas, criar espaços de encontro, incentivar o controle social e fortalecer a valorização do bem público**. Assim, as competências em educação para a democracia e ação cívica deveriam voltar a fazer parte do currículo e dos programas da educação básica e superior, tanto pública quanto privada.

Em suma, neste momento de grandes turbulências que desestabilizam a democracia, é hora de voltar a focar na educação e, a partir daí, impulsionar novamente ações urgentes para formar os cidadãos nas novas competências exigidas para elevar a qualidade do debate público e restabelecer os consensos em torno desse sistema político, como é o objetivo da iniciativa “Ibero-América em democracia”, sob a liderança da Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI).

Referências:

- Cortina, A. (2017). *Aporofobia, el rechazo al pobre*. Paidós.
Dewey, J. (1916). *Democracia y educación*. Morata.
Latinobarómetro (2024). *Informe 2024: La democracia resiliente*.

A CRISE DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO.





POR ROGELIO NÚÑEZ

Doutor em História Contemporânea da América Latina e professor universitário, pesquisador sênior não residente do Real Instituto Elcano

Ademocracia está em crise no mundo e a América Latina não é exceção. Cientistas políticos, historiadores, políticos e jornalistas da região têm refletido sobre como encarar esse desafio em uma América Latina que é majoritariamente democrática, mas que está passando por processos de criação e consolidação de ditaduras e involução autoritária (Venezuela e Nicarágua), enfraquecimento das instituições democráticas (El Salvador) e assédio ao seu sistema de liberdades (Guatemala).

Nas páginas seguintes, apresentam-se as reflexões de diferentes autores sobre essa crise.

Para estas pessoas, a democracia, também na América Latina, está em crise e em retrocesso. Seguindo sua argumentação, essa “fadiga” democrática deve-se à **ineficácia dos sistemas políticos e partidários em articular e canalizar as demandas cidadãs**. Além disso, é causada pelo aumento da frustração social diante da ausência de perspectivas de melhoria pessoal e intergeracional, o que alimenta alternativas populistas que utilizam a polarização tóxica para ganhar as eleições e, depois, manter-se no poder perpetuando a tensão. Para finalizar, os autores **recomendam tratamentos e estratégias para fortalecer a institucionalidade democrática** e combater o vírus iliberal que a enfraquece.

O diagnóstico

O diagnóstico revela que não só há uma crise de democracia na região, mas também que a deterioração democrática está se aprofundando.

Uma época de democracias fatigadas

Manuel Alcántara aponta que essa deterioração democrática já apresenta “**sinais de perda de vigor ou, se preferir, sinais de fadiga. Hoje esse cenário se agravou e corre o risco de se transformar em astenia, que é o primeiro passo para uma situação de deterioração crônica**”. Esses são os efeitos progressivos do “colapso da representação, do individualismo desenfreado, da desinformação em massa sem controle e da economia da atenção. Novos aspectos diante dos quais as instituições cunhadas em um formato funcional para outras épocas estão navegando sem rumo”.

José Joaquín Brunner alerta que “**em ambos os extremos do espectro ideológico crescem forças iliberais e antidemocráticas em todo o mundo, ao mesmo tempo que aumenta o número de regimes populistas autoritários de direita e de esquerda, embora predominantemente os primeiros. Mais grave ainda, na maioria das vezes essas mudanças são desencadeadas pelo voto popular, que parece estar se inclinando para posições de direita radical**”.

poder e se manter... Para ganhar eleições, quem está comigo é muito bom e tem razão e, quem pensa diferente deve ser perseguido. E há uma desconfiança generalizada entre os cidadãos em relação à oposição, aos partidos políticos e às diferentes opções para chegar ao poder”.



Polarização, um míssil na linha d'água da convivência democrática

Essa fadiga da democracia se deve a múltiplos fatores, sendo **o mais grave a polarização política, nascida do descontentamento popular** e que acaba articulando a frustração social.

Flavia Freidenberg alerta para a polarização emocional e tóxica, pois “**há lideranças que usam o confronto com os outros para conseguir**

Esta polarização não é conjuntural, mas vem se prolongando ao longo dos anos. **Simón Pachano**, analisando as eleições presidenciais equatorianas de fevereiro, aponta que “**a polarização é o resultado da disputa que se arrasta há 17 longos anos entre o correísmo e o anticorreísmo... Um efeito da combinação entre polarização e fragmentação é a concentração dos votos nas duas candidaturas que se situam nos extremos da clivagem**”.

A polarização e o populismo se retroalimentam e minam a democracia

Esta situação facilita a ascensão de líderes carismáticos e populistas que, uma vez no poder, usam e pervertem as instituições democráticas para estabelecer governos autoritários baseados em um apelo permanente a um discurso dicotômico. **Sergio Berenztein** percebe essa tentação bonapartista em Javier Milei. Ressalta que há “**temores em relação a esse novo projeto hegemonic**o” que se baseia em «múltiplas arestas». Uma delas é a suposta “batalha cultural” de longo prazo contra os valores “progressistas” e “globalistas”... No âmbito doméstico, isso se traduz em ataques constantes àqueles que pensam de forma diferente, especialmente jornalistas e economistas que questionam (por diferentes motivos) a consistência de suas políticas econômicas. Mais ainda, em alguns setores extremos do partido LLA (La Libertad Avanza), há um cheiro fascista».

Por outro lado, **Marisa González de Oleaga** assinala que “**a deterioração democrática tem duas vias: a instrumentalização e o controle do judiciário e o uso da política de mídia para contaminar o debate público... a desinformação está agindo como um catalisador na erosão dos princípios e práticas democráticas na América Latina, afetando a qualidade do debate público, a confiança nas instituições e a capacidade dos cidadãos de participar efetivamente dos processos democráticos**”.

O crime organizado se alimenta da crise institucional e contribui para agravá-la

Essa crise da institucionalidade democrática é uma janela de oportunidade para o crime organizado penetrar nas instituições. **Alberto Vergara** ressalta que “**nem a democracia nem o Estado de direito são capazes de processar os conflitos de uma sociedade que está cada vez mais fora de controle**”.

E o colapso da política é seguido por desordem e violência... a ausência de representação política facilita a expansão do crime e antecipa mais desordem... nem o Estado de direito nem a representação política apertam as rédeas da indústria da ilegalidade”.

“
HOJE ESSE CENÁRIO se agravou e corre o risco de se transformar em astenia, que é o primeiro passo para uma situação de deterioração crônica.

Manuel Alcántara

Will Freeman analisa como “**a influência criminosa na política local é menos catastrófica do que um narcoestado completo, mas isso faz com que seja muito fácil para os presidentes negligenciarem o problema... O poder local do crime corrói a democracia e o Estado de direito... Os eleitores muitas vezes não podem ter certeza de quem realmente estão elegendo, pois os candidatos podem ter patrocinadores criminosos ocultos**”.

O tratamento

As democracias apresentam esses sintomas de doença, mas possuem os alicerces e as bases necessárias para encarar sua reconstrução.

O escudo das democracias, sua resiliência

Freidenberg destaca que a democracia “é um ser vivo. Se você tocar em uma pequena parte dela, como uma ameba, ela tentará se estabelecer novamente. Pode haver um período de retrocessos significativos nas liberdades, no funcionamento dos partidos, das instituições, mas ela tem essa capacidade de regeneração, de resiliência.”

Uma resiliência que se exercita e se treina, por exemplo, investindo em capital humano, em cidadania. Freidenberg indica que “não nascemos democratas, nós nos tornamos”. Daí a importância da educação”.

Educar não só os cidadãos, mas também uma classe política que tem se afastado da sociedade e perdido a excelência. Manuel Alcântara alerta para esse duplo desgaste. O desgaste da liderança, porque “os tempos atuais de democracias enfraquecidas estão gerando momentos que, pouco a pouco, têm se inclinado para a formação de governos caracterizados pela baixa qualidade de seus membros”. E, em segundo lugar, o desgaste dos consensos que sustentam nossas democracias: os “fundamentos do grande consenso ocidental baseados nos valores do Iluminismo... estão sendo profundamente questionados”.

“**NÃO NASCEMOS DEMOCRATAS, NÓS NOS TORNAMOS”. DAÍ A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO.**



Apelo à criatividade e à inovação para modernizar as democracias

As forças democráticas são, portanto, chamadas a reformular e redesenhar os fundamentos da democracia e de sua institucionalidade para fortalecê-la. Roy Hora concentra esse desafio nas forças de esquerda, embora, na realidade, seja um desafio para todos os grupos democráticos. Ele ressalta que “**a chegada de Milei à Casa Rosada, juntamente com a reformulação do campo político que o acompanha, traz enormes desafios conceituais e políticos... Como a elaboração de uma visão realista e moderna dos desafios que o país tem pela frente, mais capaz de conciliar crescimento econômico e desenvolvimento pessoal, igualdade e liberdade”.**

Trata-se de apelar à criatividade política para construir regimes mais flexíveis, com capacidade de adaptação e resposta. Alcântara destaca que “a própria democracia tem seus mecanismos para enfrentar seus desafios. A submissão a regras aceitas pela coletividade, a eleição das autoridades, o equilíbrio de poderes são princípios que regem a convivência. Há também possibilidades de que a revolução digital seja uma via para facilitar o funcionamento de tudo isso e que a inteligência artificial seja utilizada, enquanto bem público, afastando-a do domínio das corporações”.

Por último, Alberto Vergara apela para a **necessidade de o liberalismo se transformar e voltar à sua essência, a fim de nutrir e fortalecer a democracia a partir de uma visão progressista e socialmente orientada**: “Esta é uma região que clama por uma agenda que leve a sério a construção de comunidades de cidadãos e cidadãs, de indivíduos, que tenham doses semelhantes de liberdade; que tenham capacidades parecidas para escolher e planejar com algum grau de eficácia a vida que buscam para si mesmos... As fraquezas mais óbvias do liberalismo poderiam ser compensadas com a ajuda de um velho e esquecido aliado: o republicanismo.”



Referências:

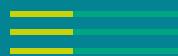
- Alcántara, M. (2025). *Democracias fatigadas al borde de la astenia*. *El País*.
<https://elpais.com/america/2025-03-06/democracias-fatigadas-al-borde-de-la-astenia.html>
- Freidenberg, F. (2024). *La capacidad de resiliencia de las democracias: elecciones y política en contexto de pandemia*. Instituto de Investigaciones Jurídicas.
<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/16/7592/1.pdf>
- Hora, R. (2024). Javier Milei y el incierto experimento libertario. *Nueva Sociedad*.
<https://nuso.org/articulo/javier-milei-y-el-incierto-experimento-libertario/>

Ramos, M. (2025). El estado (cambiante) de la democracia en América Latina: resistencia, deterioro y quiebra. En E. Rodríguez Pinzón & M. Ramos Rollón (Eds.), *América Latina en un mundo perplejo: inseguridad, turbulencias económicas y democracias asediadas* (pp. 43-58). Fundación Carolina.

<https://www.fundacioncarolina.es/catalogo/america-latina-en-un-mundo-perplejo-inseguridad-turbulencias-economicas-y-democracias-asediadas/>

Vergara, A. (2025). Una alianza para el progreso criminal. *La República*.
<https://larepublica.pe/opinion/2025/01/05/una-alianza-para-el-progreso-criminal-por-alberto-vergara-107115>

EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA: TRÊS CRISES QUE AMEAÇAM O PROGRESSO SOCIAL.



Resenha do livro *Educación universal. ¿Por qué el proyecto más exitoso de la Historia genera malestar y nuevas desigualdades?* (Moreno & Gortazar, 2024).



POR **TAMARA DÍAZ FOUZ**

Diretora-Geral de Educação e ETP, OEI

O que a educação tem alcançado nas últimas décadas é extraordinário. Poucos fenômenos ilustram melhor a globalização do que a expansão dos sistemas educacionais formais no último século. No entanto, **os avanços do século XX deram lugar a um cenário atual mais complexo.**

No ensaio mencionado, Juan Manuel Moreno e Lucas Gortazar analisam esse paradoxo. A partir de uma perspectiva comparada e solidamente fundamentada em dados, **os autores exploram como, apesar de suas conquistas, a educação universal está em crise.**

O livro é estruturado em três grandes seções, nas quais são apresentados exemplos de diversas regiões do mundo para ilustrar diferentes realidades socioeducativas. Com uma narrativa ágil, analisam as principais dificuldades que o sistema educacional atual enfrenta e suas implicações para o futuro.

Capturar a profundidade desta obra em poucas linhas é uma tarefa complexa e arriscada. Mais do que uma tentativa de síntese, **esta resenha se concentra em explorar três crises que ameaçam o futuro da educação universal.**

1.

A crise da aprendizagem: por que a escolarização não é o mesmo que a aprendizagem

O livro parte de uma premissa amplamente aceita: no último século, e especialmente nas últimas cinco décadas, **o mundo fez um progresso sem precedentes ao integrar milhões de pessoas à educação formal**. Tanto a quantidade quanto a qualidade da aprendizagem melhoraram, o que se reflete na redução do analfabetismo e na expansão do acesso à educação básica. No entanto, o fato de os efeitos da escolarização sobre a aprendizagem variarem de acordo com o nível educacional, a região ou o período histórico indica que o acesso em si não garante os mesmos resultados em todos os casos.

escolarização? **A democratização da educação pode favorecer a igualdade de acesso e, ao mesmo tempo, intensificar as desigualdades nos resultados.**

Como se observa, os dados levam tanto ao otimismo quanto ao pessimismo. Embora haja mais alunos escolarizados do que nunca, é provável que, em média, obtenham piores resultados. Isso se deve, em parte, ao fato de que, no passado, muitas pessoas ficavam fora do sistema e não eram consideradas nas análises; portanto, a desigualdade no passado era muito maior do que é atualmente.

O grande paradoxo é que, **à medida que o acesso à escolarização se expande, as diferenças nos resultados da aprendizagem aumentam e, em alguns casos, a qualidade média da educação pode ser afetada**.

2.

A crise das aspirações: quando as expectativas aumentam e a confiança do público diminui

“
OS AVANÇOS
do século XX deram lugar
a um cenário atual mais
complexo.
”

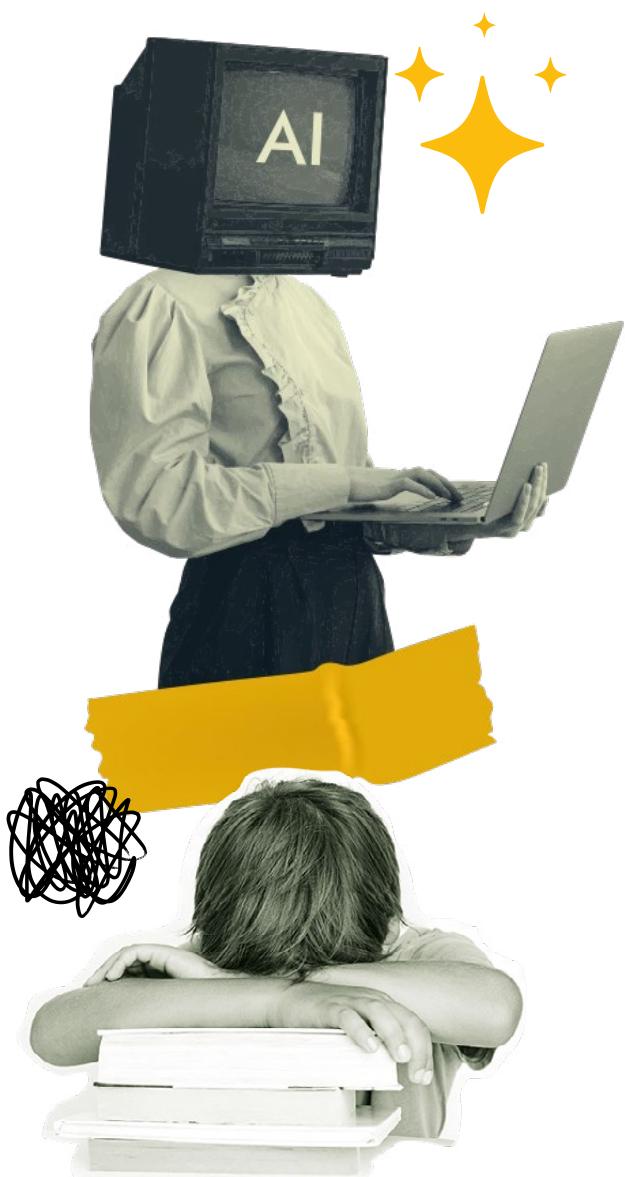
A escolarização e a aprendizagem, embora estejam relacionadas, nem sempre andam de mãos dadas. É possível que o aumento dos anos de escolaridade não se traduza em um progresso similar nas habilidades e nos conhecimentos adquiridos. A qualidade dos sistemas educacionais está se deteriorando apesar do avanço na

Nas últimas décadas, as aspirações individuais e sociais em relação à educação cresceram significativamente. Com a expansão dos sistemas educacionais, as expectativas aumentaram. Para aqueles que ingressam no ensino médio e superior, as aspirações aumentam; mas para aqueles que já estão no sistema, há o risco de serem deixados para trás, o que os autores chamam de “**ansiedade de status**”, e impulsiona uma mudança estrutural em direção a uma maior ênfase em sua dimensão competitiva.

Uma das manifestações mais evidentes desse fato foi o surgimento do que é conhecido como “educação paralela”, ou seja, **o auge do mercado privado de aulas particulares, plataformas on-line e outros serviços complementares**. Isso deu origem a um negócio paralelo de educação que se institucionalizou em muitos países como uma atividade econômica.

Paradoxalmente, o aumento das expectativas reflete uma maior confiança no princípio da igualdade de oportunidades; no entanto, as evidências de corrupção nas provas ou a necessidade de recorrer a aulas particulares para garantir o sucesso acadêmico tem corroído essa esperança. Nesse contexto, o sucesso não é mais medido apenas pela aprendizagem, mas pelas notas, pelos diplomas e pelas oportunidades que eles geram.

Assim, a confiança da sociedade se baseia na natureza competitiva e diferenciadora do sistema, e não em seu potencial equalizador. Além disso, essas expectativas influenciam não só as decisões de investimento, mas também a forma como os pais educam seus filhos.



3. A crise da meritocracia: ferramenta de igualdade ou armadilha encoberta?

A meritocracia, um dos princípios fundamentais da educação, enfrenta um questionamento crescente. Embora no passado defendesse a primazia do esforço e do talento sobre os privilégios herdados, com o tempo essa visão mudou drasticamente. A direita conservadora a adotou como uma narrativa conveniente, o que favoreceu que as elites continuassem mantendo sua vantagem. Por outro lado, grande parte da esquerda abandonou essa ideia, considerando-a uma justificativa para os privilégios das classes altas sob a aparência de uma concorrência aberta.

Moreno e Gortazar alertam que também se observa uma mudança de enfoque dentro da esquerda identitária. Enquanto **a igualdade de oportunidades foi por muito tempo o objetivo central, agora se busca a igualdade de resultados**. A proposta de discriminação positiva por meio de cotas busca corrigir as lacunas sociais, mas também apresenta alguns riscos. Se cada diferença é atribuída a uma única causa e requer uma intervenção específica, a igualdade se torna inatingível. Nesse cenário, a fragmentação das identidades impede um projeto educacional compartilhado.

O desafio é **equilibrar a necessidade de uma concorrência justa com a garantia de que todos tenham possibilidades reais de sucesso**. Em vez de se concentrarem apenas nas diferenças entre os grupos identitários, os autores propõem uma abordagem que atenda às desigualdades individuais dentro desses grupos. Para isso, é fundamental **fortalecer a capacidade do sistema educacional** de reduzir as desigualdades de origem, o que implica ampliar o acesso, melhorar as condições de ensino e garantir uma educação de maior qualidade. Também é necessário redefinir o conceito de mérito para que ele conte com uma certa diversidade de talentos e capacidades. Embora reconheçam os problemas da meritocracia, os autores sustentam que suas alternativas não são melhores. O objetivo

é melhorá-la e fortalecê-la com a aspiração de construir um sistema educacional que trabalhe ativamente para reduzir as desigualdades.

DIANTE DESTES DESAFIOS, PARA ONDE CAMINHA A EDUCAÇÃO UNIVERSAL?

Educação e democracia: uma relação paradoxal

A complexa relação entre ambos os conceitos é cada vez mais evidente. Embora a expansão da educação tenha demonstrado sua capacidade de impulsionar o crescimento econômico e reduzir a pobreza, seu efeito sobre a democratização política não é tão claro.

Por um lado, parece que a democratização do acesso à educação não garante o avanço da democracia. Em muitos casos, quando uma progride, a outra retrocede, o que dá origem ao que denominam “frustração ilustrada”: o paradoxo de ter cidadãos mais instruídos, mas com maiores dificuldades para chegar a consensos.

Por outro lado, o retrocesso democrático coloca em risco a educação universal ao enfraquecer a confiança nas instituições educacionais e no corpo docente. Os regimes iliberais, em ascensão em várias partes do mundo, transformaram a educação em um alvo de ataque. Nesse contexto, a “indústria da desinformação” desempenha um papel crucial na erosão da confiança pública, o que reforça a necessidade de uma alfabetização digital que permita proteger-se da infodemia.

Para os autores, uma democracia efetiva precisa de cidadãos capazes de tomar decisões informadas e coletivas, e a escola é o espaço fundamental para formar essas competências. Nesse sentido, as políticas educacionais devem centrar-se na melhoria da qualidade do ensino, especialmente por meio da formação e do apoio aos professores.

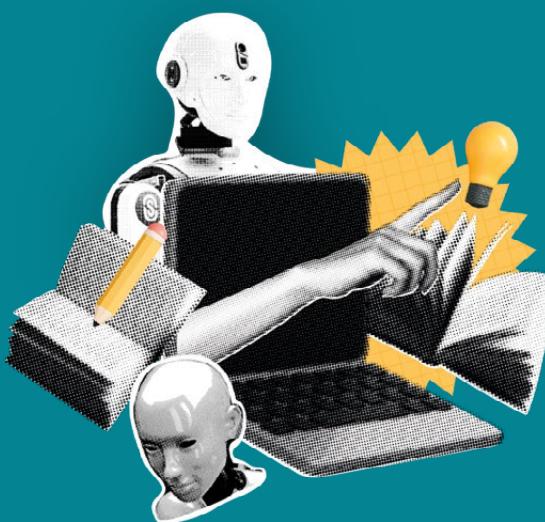
Apesar dos desafios, existem certezas que podem orientar o futuro da educação. Os autores destacam algumas chaves com amplo respaldo empírico: sabemos que a escolarização tem a capacidade de compensar e reduzir as desigualdades de origem, e que os professores são os atores essenciais nesse processo. Também está comprovado que a expansão da educação infantil entre zero e seis anos é a política de igualdade mais eficaz. Da mesma forma, ampliar a noção de mérito e sua avaliação para reconhecer habilidades cada vez mais valorizadas — como as artísticas, esportivas e digitais — é um passo necessário. Para isso, no entanto, é preciso um maior investimento público, melhores condições para os professores e um compromisso firme com a melhoria da educação.

Apesar das dificuldades, há razões para o otimismo. Como Moreno apontou em uma entrevista recente, “entre todos os princípios do Iluminismo, o da educação universal é o que melhor resistiu ao passar do tempo”. Por sua vez, Gortazar enfatizou que “apesar dos desafios atuais, nossa situação educacional está melhor do que nunca”. Suas palavras lembram que, embora o caminho esteja cheio de obstáculos, o progresso educacional é inegável e o ideal iluminista de uma educação universal continua sendo um pilar essencial para o desenvolvimento social e o progresso democrático.

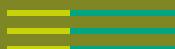
Referências:

Moreno Olmedilla, J. M. & Gortazar de la Rica, L. (2024). *Educación universal. ¿Por qué el proyecto más exitoso de la Historia genera malestar y nuevas desigualdades?* Debate.

Uma das manifestações mais evidentes desse fato foi o surgimento do que é conhecido como “educação paralela”, ou seja, o auge do mercado privado de aulas particulares, plataformas on-line e outros serviços complementares. Isso deu origem a um negócio paralelo de educação que se institucionalizou em muitos países como uma atividade econômica.



EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, UM BINÔMIO NECESSÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL.





POR **ANAMARYS ROJAS MURILLO E MARÍA DOLORES DÍAZ-DURÁN**
Professora de Ciências da Educação, Universidade de Pinar del Río (Cuba)
| Professora de Ciências da Educação, Universidade de Málaga (Espanha)

Apartir de uma posição crítica, queremos abordar os aspectos que hoje caracterizam a educação, em especial o ensino superior, cuja missão social é formar profissionais capazes e comprometidos com a transformação social, ou seja, indivíduos socialmente ativos em um contexto no qual as circunstâncias fazem com que os modos de agir se transformem e se ajustem aos tempos. Nesse sentido, tanto os alunos quanto os professores integram essa grande rede que gira em torno do desenvolvimento social, que por meio da educação, **deve ser mais limpo e agradável e contribuir para o avanço do conhecimento em benefício das pessoas que se formam para, mais tarde, transformarem, o ambiente em que vivem.**

Esse nível de ensino reúne indivíduos socialmente mais preparados e com uma bagagem axiológica

acumulada que os impulsiona a se especializar e a avançar no conhecimento. Isso dá caráter e sentido à educação, que contribuirá para seu desempenho profissional e ativo, coerente com a sociedade em que vivemos.

A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, elaborada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1998, em Paris, afirma que: “As instituições de ensino superior devem formar os estudantes para que se tornem **cidadãos bem-informados e motivados**, capazes de pensar criticamente e de analisar os problemas da sociedade, buscar soluções, colocá-las em prática e assumir responsabilidades sociais”.

Isso faz com que a construção do conhecimento transite do plano individual ao coletivo, transformando-se, assim, em um processo de aprendizado significativo centrado no diálogo, no debate e na negociação. Implica também que o professor se comprometa e compreenda a importância de seu processo educativo, a partir de uma visão crítica e social, em função da realidade que o cerca.

A educação está estreitamente associada às oportunidades de acesso a melhores condições sociais, econômicas, profissionais e culturais. Os avanços nessa área estão ligados à redução da pobreza e da desigualdade, bem como ao aumento das possibilidades de conseguir um trabalho digno, melhorar os indicadores de saúde e permitir a mobilidade social ascendente e o pleno exercício da cidadania (Trucco, 2023).

Isso determina que a educação seja um direito que deve ser exercido ao longo de toda a vida. Segundo, a Unesco (2022), **suas três missões principais são:**

1. **Producir conhecimento por meio da pesquisa científica.**
2. **Educar as pessoas no sentido amplo da palavra.**
3. **Promover a responsabilidade social, que está entrelaçada com as duas primeiras missões e se traduz em ações sociais pertinentes ao contexto de cada indivíduo.**



Como dissemos, a educação é um meio de enfrentar desafios críticos como a desigualdade, a pobreza e a saúde. Ao garantir que a educação seja acessível e de qualidade para todos, **as organizações do setor social podem contribuir significativamente para o desenvolvimento social e o empoderamento das pessoas e comunidades.** Assim, a educação é um investimento para um futuro mais justo e promissor.

É necessário seguir essa linha de análise, na qual se destaca o conceito de Rousseau (Filosofía de Libros, 2024), que aponta que **a sociedade surge da necessidade de proteger os direitos individuais dos seres humanos.** Dessa forma, o filósofo suíço ajuda a compreender melhor o ambiente social e as relações que dele derivam, como a sociedade funciona e influencia nossos modos de agir. Isso proporciona uma visão mais ampla e profunda de nós mesmos e de nossos vínculos sociais.

“
QUE A EDUCAÇÃO
seja um direito que deve ser
exercido ao longo
de toda a vida.

Por outro lado, quando Blancas Torres (2018) afirma que a educação permite criar uma consciência crítica, desde a forma de interpretar o mundo e compreender a situação em que vivemos até agir sobre ela para alcançar a transformação social, evidencia-se a importância de que a educação tenha um impacto positivo na sociedade, e que juntas impulsionem o desenvolvimento social. Com esse conhecimento, é possível gerar maior igualdade de oportunidades, transformação social que, além de buscar o bem-estar comum, pode tornar a sociedade mais justa, positiva e desenvolvida socialmente.

O desafio, portanto, é oferecer uma educação de qualidade que alcance a sociedade e atenda a suas necessidades. E que tudo isso, por sua vez, possibilite a mudança social, que é parte essencial do desenvolvimento dos indivíduos que buscam o bem comum.



Por que foi dada ênfase a essas questões? Consideramos que é necessário aprofundar as relações entre o desenvolvimento social e o binômio educação-sociedade, com o apoio de outras fontes. O desenvolvimento social envolve a evolução e a melhoria das condições de vida dos indivíduos em sociedade e engloba as relações que cada pessoa é capaz de estabelecer consigo mesma ou com outros grupos. Abrange também questões como saúde, gênero, educação, patrimônio, segurança cidadã, entre outras, com o objetivo de mitigar os índices e níveis de desigualdade e exclusão.

A educação e a sociedade, como elementos catalisadores, proporcionam condições para adquirir conhecimentos e habilidades, estimulando o pensamento crítico e a criatividade. Além de reduzir a pobreza e facilitar o acesso a melhores condições de trabalho, promovem a igualdade de gênero ao empoderar as mulheres em papéis ativos na sociedade. E isso é fundamental para promover um ambiente social justo, sustentável e inovador, bem como um crescimento democrático e benéfico para todos (Sánchez, 2016, p. 87).

Mas, afinal, quais poderiam ser seus efeitos concretos? **Os principais seriam:**

- 1. Fomentar a igualdade social e, por meio da aquisição de conhecimentos, contribuir para mitigar as vulnerabilidades e reduzir a desigualdade e a pobreza.**
- 2. Promover valores de respeito, tolerância e colaboração.**
- 3. Ajudar a transformar o ambiente social em que o indivíduo vive e convive em um espaço limpo e sustentável.**

- 4. Empoderar as comunidades, contribuindo ativamente para a vida social a partir da participação cidadã voltada à melhoria de suas condições de vida.**
- 5. Contribuir para oferecer as habilidades necessárias para entender e sair da marginalização econômica.**
- 6. Estabelecer as bases para um desenvolvimento social equitativo e sustentável, por meio da garantia de uma educação acessível para todos.**

Portanto, fomentar o vínculo entre a educação e a sociedade, para que ambas contribuam para o desenvolvimento social, é, hoje, um imperativo. Essa relação não apenas beneficia os indivíduos, mas também promove um crescimento coletivo que pode transformar comunidades inteiras.

O desenvolvimento e a educação estão intrinsecamente ligados, pois o aprendizado funciona como um motor que impulsiona a evolução pessoal e social. Através da educação, as pessoas adquirem habilidades e conhecimentos que lhes permitem transformar sua maneira de pensar, agir e sentir, o que, por sua vez, leva ao crescimento integral. Sem o aprendizado, o desenvolvimento é limitado, impossibilitando a plena realização do potencial humano. Em resumo, o desenvolvimento social, estreitamente ligado à educação, é fundamental para a construção de sociedades mais justas, equitativas e sustentáveis.

Referências :

- Blancas Torres, E. (2018). Educación y desarrollo social. *Horizonte de la Ciencia*, 8(14), 113-121.
- Sánchez Cortes, A. M. (2016). *La relación entre educación y crecimiento económico*. <https://www.youtube.com/watch?v=ZZhYw2JdXAw>
- Trucco, D. (2023). Mejorar la educación es crucial para un desarrollo social y económico inclusivo y sostenible. *Revista de la CEPAL*, 141, 217-232.
- Unesco (2022). *Mas allá de los límites. Nuevas formas de reinventar la educación superior*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000389912_spa



A BABEL NORTE-AMERICANA.





POR JORGE CEPEDA

Jornalista, escritor, economista e sociólogo mexicano

O governo mexicano precisa conciliar a animosidade unânime que Trump desperta em toda as camadas sociais do México, com uma política destinada a apaziguá-lo e a ignorar seus insultos, sem que isso enfraqueça o sentido de soberania.

A vizinhança com os Estados Unidos sempre foi, para o México, fonte tanto das melhores oportunidades quanto de humilhações e infortúnios. Essa proximidade com o sonho americano ou com o maior mercado consumidor do mundo poderia, por si só, ser motivo de inveja para muitos países. No entanto, com a chegada de Donald Trump, passou a ser vista como uma maldição. É verdade que todas as nações têm motivos para se preocupar com os ataques do impulsivo republicano, mas a vulnerabilidade do

México é diferente: **para a direita norte-americana, nosso país virou um tema de segurança nacional interna, com todos os riscos que isso acarreta.**

O grande privilégio que representou o Tratado de Livre Comércio que uniu o Canadá, os Estados Unidos e o México em uma mesma região nos anos 1980, hoje pode ter se transformado em uma tragédia. A economia mexicana se tornou, em grande parte, um elo da poderosa cadeia norte-americana, gerando uma dependência, disfarçada de integração, que deixa o país de pés e mãos atados diante das extorsões de Trump. A eletricidade depende do gás do Texas, os estoques de gasolina são suficientes apenas para uma semana e sem o milho do Meio-Oeste, a dieta dos mexicanos entra em colapso.



Sem falar no turismo, nas remessas que aliviam a pobreza dos mais necessitados, nos milhões de empregos que dependem da indústria maquiladora e do nearshoring, ou na ameaça das agências de segurança de intervirem militarmente contra os cartéis de drogas. São inúmeras as maneiras que Trump tem atualmente para atormentar o México. A acusação de porta-vozes de seu governo de que a presidente Claudia Sheinbaum teria instigado os protestos violentos, que levaram ao envio de fuzileiros navais e da Guarda Nacional a Los Angeles, uma acusação claramente falsa, revela até onde pode chegar uma ameaça vinda de Washington.

O governo da presidente Claudia Sheinbaum respondeu ao desafio com apelos reiterados à calma. Uma frase que resume a trajetória de uma cientista com militância progressista, que se transformou em uma eficiente executiva da máquina pública, uma esquerda que governa com planilhas e gráficos. Sheinbaum entende que, diante da tempestade que Trump representa, não há portos seguros alternativos e que **a única estratégia possível é enfrentar cada ameaça, uma a uma, evitar pontos vulneráveis, não dar pretexto ao provocador e ganhar tempo.**

A economia mexicana não pode se desvincular da economia dos EUA no curto ou médio prazo, nem diversificar da noite para o dia o destino de suas exportações, 83% das quais cruzam a fronteira norte. E a recessão para a qual o país parece estar caminhando não facilita esse cenário. Ao contrário da Europa, do Brasil ou da Argentina, que podem recorrer à opção de se abrir para a China ou a Índia, como estratégia de negociação, o México sabe que os Estados Unidos veriam isso como uma agressão a seu espaço vital, mesmo que de forma indireta.

A ÚNICA
estratégia possível é enfrentar
cada ameaça, uma a uma,
evitar pontos vulneráveis, não
dar pretexto ao provocador e
ganhar tempo.

No passado, nosso governo flertou com o terceiro-mundismo e com a solidariedade com Cuba como forma de negociar com Washington ou, pelo menos, vangloriar-se diante da opinião pública. Mas os falcões da Casa Branca e a dependência extrema atual não deixam espaço para esse tipo de jogo.

O governo lançou o **Plano México**, que pretende estabelecer as bases para uma redução gradual da dependência energética e alimentar, mas os resultados ainda vão demorar a aparecer. A principal aposta de Sheinbaum é resistir aos três anos e meio restantes de Trump, ganhando tempo e evitando danos maiores. Uma estratégia que consiste em grande parte em **se comportar como o adulto na sala sem que o adolescente emocional,**

poderoso e arrogante perceba. Um jogo de equilíbrio difícil: manter a dignidade sem se deixar levar pela indignação. Sheinbaum vem adotando uma série de medidas para conter a beligerância de Trump, sem ferir o sensível orgulho nacional dos mexicanos.



CONSISTE EM
se comportar como o adulto na sala
sem que o adolescente emocional,
poderoso e arrogante perceba.

“Gringos espertos, quando pegaram a metade de nosso território, ficaram com a parte asfaltada, aquela com parques, fábricas e rodovias”, comentário, segundo contam, de um conterrâneo quando visitou a Califórnia pela primeira vez. Uma piada ingênua que se contava nas escolas e que resume bem o sentimento contraditório de **fascínio e rejeição** de quem vive no chamado quintal do vizinho mais rico do planeta.

Essa não é a única contradição gerada por nossa geografia. Sendo o maior país de língua espanhola do mundo, o **México é, se não for a principal, uma das lideranças da América Latina**. Sua população equivale à soma da Colômbia, Argentina e Peru, os três países que vêm logo atrás; e tem quase três vezes a população da Espanha. Não só faz parte da comunidade latina; como também é, em grande parte, uma referência cultural que ajuda a defini-la. Ainda assim, o país vive de costas para o mundo para o que está além de sua fronteira sul. Um reflexo fiel do próprio formato do México no mapa: se abre como um leque para o norte, mas se estreita como um funil em direção ao sul.

Os sentimentos bolivarianos ou o sentido de pertencimento latino-americano seguem por caminhos afetivos que nunca chegam à realidade. As classes altas passam férias nos Estados Unidos e

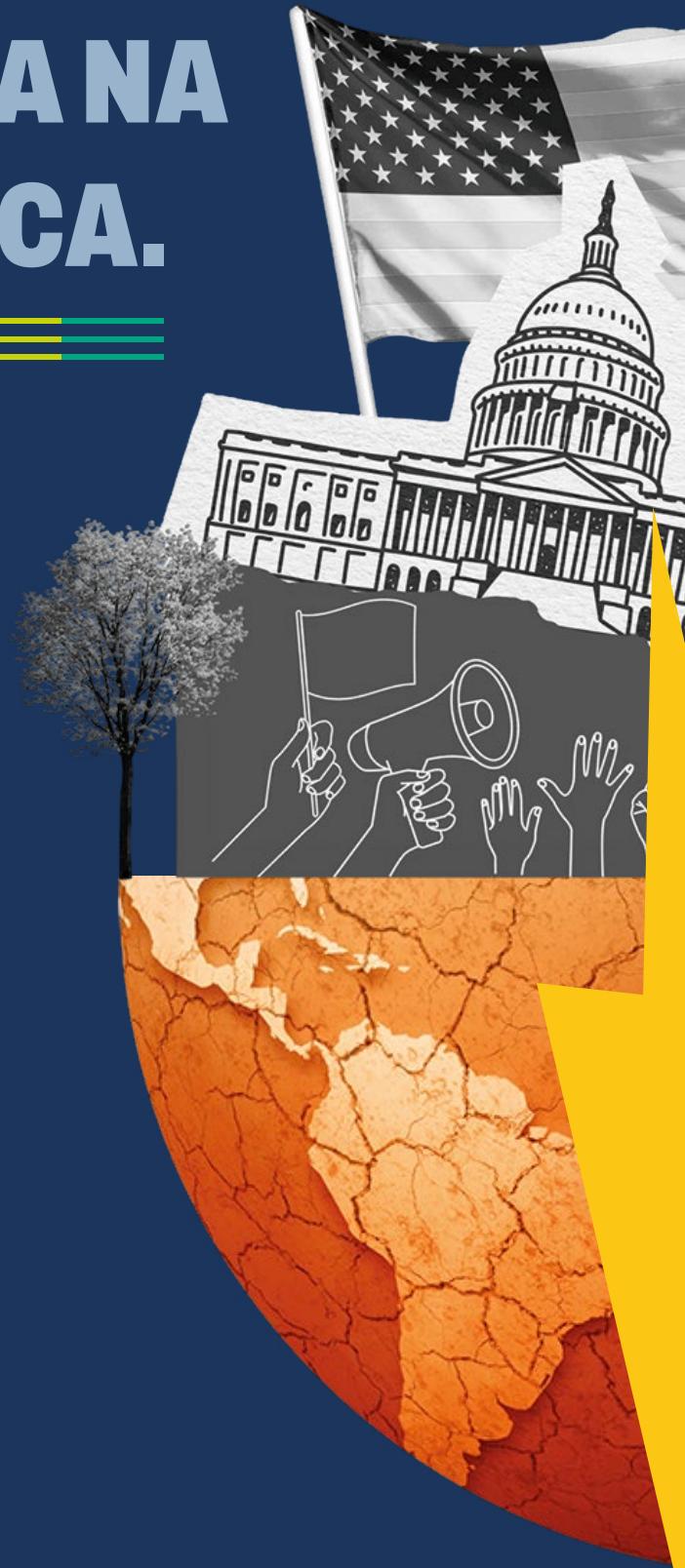
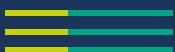
enviam seus filhos para estudarem em universidades norte-americanas; as classes médias fazem o impossível para imitar o american way of life; e os setores humildes se submetem ao doloroso calvário da migração irregular em busca de um futuro melhor.

Não é fácil conduzir uma política de “Yanquis don’t go home” em um país que historicamente sofreu com a prepotência dos poderosos e, ao mesmo tempo, viveu a humilhação de saber que depende deles. **O governo mexicano precisa conciliar a aversão unânime que Trump desperta em todas as camadas da sociedade**, com uma estratégia voltada a apaziguá-lo e a ignorar seus insultos e provocações, sem comprometer o sentido de independência, orgulho e soberania.

Até agora tem conseguido. Claudia Sheinbaum mantém um nível de popularidade de 80%, Trump a elogiou em diversas ocasiões, o que não é pouca coisa, considerando o desprezo com que costuma tratar seus colegas e, o mais importante, conseguiu passar pelos primeiros seis meses de confronto sem grandes danos, apesar das muitas ameaças. É impossível saber por quanto tempo mais o México conseguirá evitar um golpe decisivo a sua economia ou a sua soberania. Cada mês superado é uma vitória. Em algum momento, **a tempestade vai passar**, mas deixará sobre a mesa a necessidade de repensar, a fundo, que país queremos e podemos ser. Condicionados pelas determinações geográficas da enorme Babel norte-americana da qual fazemos parte, pelas rejeições cíclicas de suas elites que nos atingem em cheio e pela necessidade de afirmarmos nossa própria singularidade.



A EROSÃO DEMOCRÁTICA NA IBERO-AMÉRICA.





POR RAFAEL ROJAS

Graduado em Filosofia e doutor em História, ensaísta e escritor cubano

Qualquer esforço para recuperar a plataforma ibero-americana deve levar em conta que as políticas externas dos governos latino-americanos estão passando por um momento de **profunda revisão**.

Ao observar a história recente da Ibero-América, desde a primeira cúpula de Guadalajara, em 1991, é inevitável notar um desgaste paralelo tanto do consenso democrático quanto da capacidade de interlocução do principal fórum regional. Tão inevitável quanto essa constatação é a evidência de que **as duas crises, a da democracia e a do ibero-americanismo, estão relacionadas à ascensão de governos** ou coalizões, de esquerda ou de direita,

que desafiaram o caráter referencial das transições democráticas da Espanha e de Portugal para a América Latina.

É facilmente demonstrável que as transições ocorridas em Portugal e na Espanha, que começaram com a Revolução dos Cravos em 1974, a morte de Francisco Franco em 1975, o início do governo de Adolfo Suárez em 1976 e a Constituição de 1978, tiveram um **impacto positivo** nos processos de democratização das últimas ditaduras militares de direita na América Latina. Os exemplos da Espanha e de Portugal foram usados por atores-chave nas transições latino-americanas ao longo dos anos 1980 e 1990.

A liderança regional dos dirigentes espanhóis e portugueses nas últimas décadas do século XX pode ser ilustrada pelos laços estreitos de Felipe González, Aníbal Cavaco Silva e Antônio Guterres com Raúl Alfonsín, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Andrés Pérez, Ricardo Lagos e outros protagonistas das transições do final do século. Mas, além das amizades políticas, esse vínculo se refletiu na relevância da América Latina e do Caribe, sem excluir Cuba e a Nicarágua, na política externa dos socialistas espanhóis e portugueses.

“
O AVANÇO
do revisionismo internacional
na Ibero-América não
pode ser compreendido
sem a diversificação dos
autoritarismos nessa região
e no mundo.
”

Essa conexão, que teve seu auge nas cúpulas ibero-americanas e na atuação da Secretaria-Geral Ibero-Americana, entre 1991 e 2014, vem se desgastando ao longo da última década. As explicações são várias e estão relacionadas com a reorientação comercial e financeira da América do Sul em favor da China e da América Central e do México em favor dos Estados Unidos, além do impulso dado aos BRICS pelos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil. Mas também têm a ver com o

protagonismo de alternativas tanto à direita quanto à esquerda (como Vox e Podemos, Bolsonaro e Milei, Chávez e Maduro, a Aliança Bolivariana e o Grupo de Puebla, Morena e López Obrador no México) que colocam em xeque tanto o projeto ibero-americano quanto o paradigma constitucional da democracia e dos direitos humanos.



Andrea Rizzi descreveu muito bem esse revisionismo discursivo e prático em seu livro *La era de la revancha* (Anagrama, 2025). A premissa básica dessa contestação parte da ideia de que a soberania dos Estados, e não a democracia ou os direitos humanos, é o eixo orientador das relações internacionais no século XXI. A crise do ibero-americanismo democrático está relacionada ao fato de que não são poucos os governos latino-americanos que compartilham desse revisionismo, rejeitados pela Espanha, Portugal, bem como pela União Europeia, da qual esses dois países fazem parte.

O avanço do revisionismo internacional na Ibero-América não pode ser compreendido sem a diversificação dos autoritarismos nessa região e no mundo. Já ficou para trás o tempo em que o desprezo pela democracia se resumia aos casos da Venezuela, Nicarágua e Cuba. Novas formas de autoritarismo surgiram entre governos de direita, como os de Dina Boluarte no Peru, Nayib Bukele em El Salvador, Daniel Noboa no Equador e Javier Milei na Argentina. No México, país onde a transição foi posterior, mas não menos central no contexto ibero-americano, a erosão democrática tem se manifestado de várias maneiras, especialmente através da eleição do poder judiciário, o que reduz a autonomia e o equilíbrio entre os poderes no país.

É claro que a erosão democrática não pode ser compreendida sem levar em conta as dívidas ou os custos sociais das transições ocorridas no final do século XX. Em quase todos os governos ibero-americanos, as políticas neoliberais acentuaram as desigualdades, aumentaram a pobreza e marginalizaram a população de baixa renda. Mas depois de dois ciclos de governos de esquerda, no século XXI, as políticas sociais inclusivas passaram a ser revertidas e, em não poucos países, incluindo a Venezuela, a Nicarágua e Cuba, foram adotados ajustes e medidas de austeridade que agravaram a pobreza e a desigualdade.

A diversificação dos autoritarismos e a adoção do neoliberalismo por governos de esquerda obrigam a rever, ao mesmo tempo, dois enfoques já ultrapassados: o de que na Ibero-América só existem ditaduras de esquerda e o de que as políticas neoliberais são exclusividade da direita. Abandonar esses dois clichês é fundamental para que o ibero-americanismo possa ser revitalizado, por qualquer via, no final do primeiro quarto do século XXI.

A linguagem diplomática regional precisa ser reformulada se quiser refletir a nova realidade de uma região dividida e polarizada. A erosão democrática avança transversalmente no espaço ibero-americano. Esse avanço tem enfraquecido a continuidade e o desenvolvimento das estratégias ibero-americanas.

EM QUASE TODOS
os governos ibero-americanos,
as políticas neoliberais
acentuaram as desigualdades,
aumentaram a pobreza e
marginalizaram a população de
baixa renda.

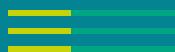


Reconstruir o consenso democrático nos fóruns de diálogo diplomático e nas agendas bilaterais da Espanha e de Portugal com os governos latino-americanos não será tarefa fácil e, talvez, não seja prioridade agora. A polarização ideológica e política da região conspira contra esse esforço. Em qualquer caso, qualquer tentativa de recuperação da plataforma ibero-americana deve levar em conta que as políticas externas dos governos latino-americanos e caribenhos estão passando por uma profunda revisão dos consensos herdados das transições democráticas que ocorreram no final da Guerra Fria. Os tempos são outros e as exigências também.

Nota:

Artigo publicado originalmente no *El País América*, na seção “Ibero-América em Democracia”, em 24 de junho de 2025.

DEMOCRACIA E DISRUPÇÃO DIGITAL: DESAFIOS PARA O ENSINO SUPERIOR IBERO-AMERICANO.





POR ERIKA RODRÍGUEZ PINZÓN

Socióloga e doutora em Relações Internacionais, diretora da Fundação Carolina

O cenário de policrise e as tensões geopolíticas enfrentadas pela ordem global, e, em particular, a frágil situação socioeconômica à qual a América Latina foi submetida após a pandemia, moldam um diagnóstico certamente complexo no que se refere ao ensino superior. **A disruptão tecnológica** em curso — que já afeta atividades de nível médio — **está alterando a funcionalidade dos conteúdos e formatos dos ciclos de formação**, e coloca em suspenso as dinâmicas de mobilidade social ligadas à educação (Corica, 2022). A interrupção dos estudos — em todos os níveis — causada pela pandemia, somada ao retrocesso que ela implicou nos índices de desigualdade, trabalho informal e lacuna de gênero, contribui para agravar ainda mais essa avaliação (CEPAL, 2023).

Não obstante, sem minimizar a gravidade do momento, é importante manter a vigência dos principais fundamentos do ensino superior. Isso

porque ele continua a ser um fator determinante para o **crescimento econômico e para a inovação**, tanto por impulsionar a pesquisa científica (origem da universidade moderna), quanto por fornecer à sociedade a capacitação técnica indispensável para aumentar a produtividade do capital humano (Becker, 1964; Lucas, 1988). Voltaremos a esse ponto — central — mais adiante.

Convém lembrar, neste momento, alguns dados da “volta à normalidade” — e até certo otimismo — na América Latina. Para começar, o número de **matrículas no ensino superior não parou de crescer**, ultrapassando os 30 milhões em 2022: 8 milhões a mais do que em 2014 e quase três vezes mais do que o registrado no início do século (Montes & Osorio, 2024). Além disso, essa “democratização” do acesso universitário — observada em todo o mundo, experimentou um ritmo comparativamente mais acelerado na região.

Nos últimos 20 anos, a taxa bruta de cobertura passou de 23% para mais de 52%, frente ao aumento global de 19% para 38% (Valenzuela & Yáñez, 2022). Esses avanços se devem, em grande parte, ao expressivo **crescimento das taxas** de conclusão do ensino médio e, também, à forte expansão das instituições de ensino superior, estimadas atualmente em cerca de 4.000 universidades (eram 1.500 em 2000), das quais quase 70% são privadas (Fernández Lamarra, 2004; Labraña e Brunner, 2022). Por fim, vale destacar a **notável feminização nas universidades**, já que o percentual de mulheres que concluíram o ensino superior supera os 50% na média regional — e ultrapassa os 60% em países como Argentina, Brasil, Costa Rica, Cuba, Honduras, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai (CINDA, 2024).

Ainda assim, persistem dados que refletem defasagens históricas, especialmente em relação a quatro aspectos: **i) os níveis de equidade no acesso: apesar das melhorias graduais, apenas 10% dos universitários pertencem a lares mais pobres (Jabonero, 2023); ii) as altas taxas de evasão, que superam 50% em alguns países da América Central (Aveleyra, 2023); iii) a falta de padrões de qualidade e certificação uniformes; e iv) o baixo grau de internacionalização, com taxas de mobilidade acadêmica que permanecem em 1% — como há 20 anos (IESALC, 2024).** Em todo caso, é sempre preciso sublinhar a heterogeneidade de uma região tão extensa, onde convivem realidades muito dispareces: desde instituições que figuram entre as melhores do mundo em rankings internacionais; passando por elevados índices de acesso no Cone Sul; países com ampla oferta de ensino superior público (Argentina e Uruguai); e, finalmente, a persistência de profundas desigualdades associadas a fatores étnicos ou territoriais — em torno de 40% (Aveleyra, 2023).

Dentro dessa diversidade, dois pontos merecem destaque: **i) a maior presença feminina nas universidades latino-americanas não se**



O PERCENTUAL
de mulheres que concluíram
o ensino superior supera os
50% na média regional — e
ultrapassa os 60% em países
como Argentina, Brasil,
Costa Rica, Cuba, Honduras,
Paraguai, Peru, República
Dominicana e Uruguai.



OS ESTUDOS

revelam a urgência de preparar a região para a capacitação tecnológica e digital. Seu bom uso requerem uma formação em grande parte inexistente até poucos anos atrás.

traduziu em termos de conquistas socioeconômicas equivalentes (IESALC, 2021), e ii) o número de formados em carreiras científicas ainda é muito reduzido, em contraste com a predominância dos diplomas em áreas como administração, educação, ciências sociais ou direito (OEI, 2024). Esses dados, que revelam realidades muito diferentes, convergem, no entanto, em um aspecto: **a urgência de preparar a região para a capacitação tecnológica e digital.** Nesse sentido, os estudos em áreas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) vêm adquirindo uma relevância decisiva para a empregabilidade, não só porque o desenvolvimento e a gestão de novas tecnologias exigem talentos digitais, mas também porque seu bom uso — e a própria compreensão dos riscos envolvidos — requerem uma formação em grande parte inexistente até poucos anos atrás. Não surpreende, portanto, que os últimos dados disponíveis indiquem que 27% das matrículas nos países da OCDE estejam concentradas

em disciplinas STEM, superando os 24% em administração e direito e os 10% em áreas de ciências sociais ou humanidades (OCDE, 2023). É evidente que essa realidade reforça o imperativo de contar com um **corpo docente de qualidade**, altamente qualificado em habilidades digitais (independentemente da sua área de atuação). Mas também nos obriga a reconhecer a dimensão desse desafio sob uma perspectiva democrática.

A hipótese que correlaciona altos níveis educacionais e democracia, já intuída há mais de 100 anos pelo pedagogo John Dewey e inserida nas teorias da modernização desde meados do século XX— ganhou respaldo empírico nos trabalhos de Barro (1999) e Glaeser (2007). Certamente, o caso chinês ou o inquietante precedente alemão (Sala Rose, 2016) — sem esquecer as ponderações de especialistas como Acemoglu (2004) — servem de alerta para que não se tomem como garantidas as externalidades democráticas do ensino superior.

Seja como for, talvez a comprovação definitiva venha a ocorrer no curto ou médio prazo, quando pudermos avaliar os efeitos das tecnologias digitais sobre as democracias. Nesse período, o papel desempenhado pelas **universidades** será determinante, inclusive para o seu próprio futuro. Diante desse horizonte, alguns especialistas consideram possível que a **IA** — longe de destruir empregos, ampliar as desigualdades ou corroer a narrativa democrática — **consiga fazer com que os trabalhadores médios desempenhem funções altamente qualificadas** (Autor, 2024). Pois bem, as instituições de ensino não podem permanecer indiferentes a essas oportunidades de capacitação para empregos emergentes e

indústrias digitais. E para isso, poderiam ativar programas acadêmicos de ciclo curto, mais flexíveis e conectados com o mercado de trabalho (inclusive com todo o ciclo vital), alinhando-se aos seus novos requisitos (Ferreira et al., 2021).

Por outro lado, nada disso é incompatível com a continuidade de uma abordagem cívica e humanista, de expansão tangível de redes e mobilidade, como um contraponto indispensável aos processos de digitalização; justamente essa encruzilhada — tecnológica, democrática e intercultural — deve definir o futuro do ensino superior na Ibero-América.

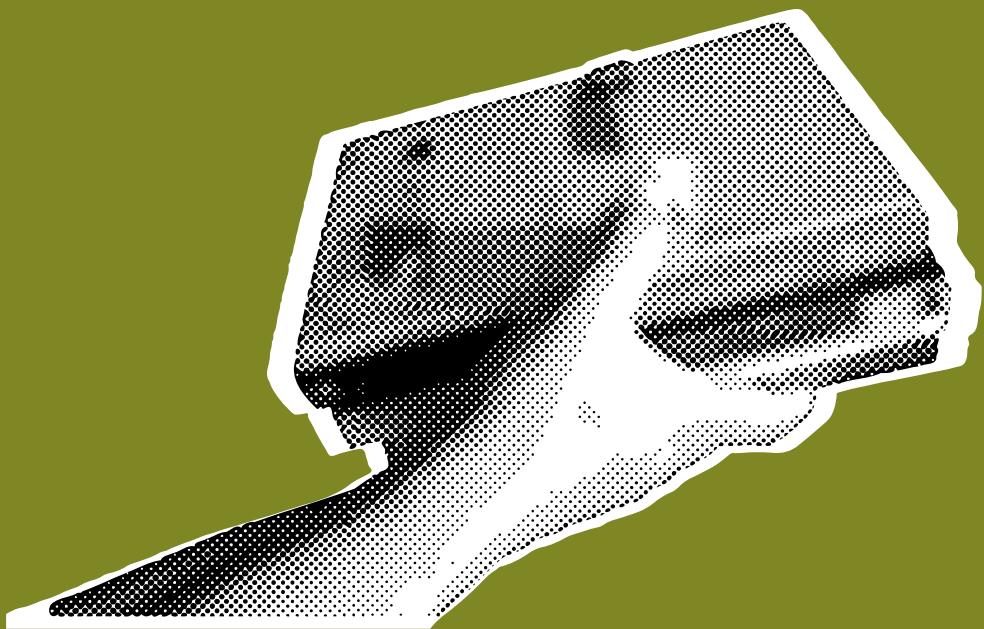
Referências:

- Acemoglu, D. et al. (2005). From Education to Democracy?, *American Economic Review, American Economic Association*, vol. 95(2).
- Autor, D. (2024). Applying AI to Rebuild Middle Class Jobs, *NBER Research Working Paper Series* nº 32140.
- Aveleyra, R. (2023). *Informe regional: educación superior en América Latina*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).
- Barro R. (1999). Determinants of democracy, *Journal of Political Economy*, 107.
- Becker, G. (1964). *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*, University of Chicago Press
- Brunner, J. J. (ed.) (2024). *Educación Superior en Iberoamérica. Informe 2024*, Santiago CINDA.
- CEPAL (2022). *Trayectoria y políticas de inclusión en educación superior en América Latina y el Caribe en el contexto de la pandemia: dos décadas de avances y desafíos*, Documentos de Proyectos (LC/TS.2022/50), Santiago.
- CEPAL (2023). *Panorama social de América Latina y el Caribe 2023* (LC/PUB.2023/18-P/Rev.1), Santiago.
- Corica, A. (2022). ¿La educación todavía garantiza el ascenso social?, *Le Monde Diplomatique* (noviembre).
- Fernández Lamarra, N. (2004). Hacia la convergencia de los sistemas de educación superior en América Latina, *Revista Iberoamericana de Educación*, 35.
- Ferreira, M. et al. (2021). *La vía rápida hacia nuevas competencias: Programas cortos de educación superior en América Latina y el Caribe*. Banco Mundial.
- Instituto Internacional de la Unesco para la Educación Superior en América Latina y el Caribe (IESALC) (2021). *Mujeres en la educación superior: ¿la ventaja femenina ha puesto fin a las desigualdades de género?* Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (Unesco).
- Montes, N. & Osorio, L. (2024). Panorama de la educación superior en Iberoamérica a través de los indicadores de la red INDICES. *Papeles del Observatorio*, 2.
- Valenzuela, J. P. & Yáñez, N. (2022). *Trayectoria y políticas de inclusión en educación superior en América Latina y el Caribe en el contexto de la pandemia: dos décadas de avances y desafíos*. Comisión Económica para América Latina (CEPAL).
- Sala Rose, R. (2016). *El misterioso caso alemán: Un intento de comprender Alemania a través de sus letras*, Alba.
- Rama, C. (2009). La tendencia a la masificación de la cobertura de la educación superior en América Latina, *Revista Iberoamericana de Educación*, 50.

É sempre preciso sublinhar a heterogeneidade de uma região tão extensa: desde instituições que figuram entre as melhores do mundo; passando por elevados índices de acesso no Cone Sul; países com ampla oferta de ensino superior público (Argentina e Uruguai); e, a persistência de profundas desigualdades associadas a fatores étnicos ou territoriais.



MAPEAMENTO DE LACUNAS NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O VALOR DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO.





POR ERÉNDIRA ANDREA CAMPOS GARCÍA ROJAS

Doutora em Antropologia, especialista em educação intercultural e patrimônio cultural, com vasta experiência em pesquisa, docência e políticas públicas ligadas à diversidade e à justiça social no México

Este texto propõe uma **abordagem sobre a aplicação de metodologias participativas para o diagnóstico das problemáticas socioeducativas, bem como para a geração de conhecimentos situados que sustentem as ações de instituições, organizações e comunidades envolvidas nessas problemáticas.** Para isso, parte-se da experiência adquirida no projeto Justiça Social: Elemento-Chave para a Transformação Digital na

Educação no México¹, realizado no município de El Mezquital, no estado de Durango.

Vamos nos concentrar em **descrever brevemente o projeto e seu contexto** para, em seguida, apresentar algumas reflexões sobre o valor das metodologias participativas como aliadas nos processos de transformação social voltados à redução das lacunas e desigualdades no âmbito da educação.

¹ Esse projeto faz parte do Plano de Ação entre a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), e foi realizado em colaboração com o Ministério da Educação de Durango (SEED) e o Centro de Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Educacional (CIIDE).

A transformação digital e o município de El Mezquital

O projeto mencionado teve como objetivo **consolidar ações educacionais com uma abordagem de justiça social como elemento fundamental para a transformação digital na educação**, que enfrenta importantes lacunas tecnológicas e educacionais no México e em Durango. Essas lacunas são agravadas pelas condições de desigualdade presentes no território e implicam desvantagens no acesso à conectividade, infraestrutura e desenvolvimento de habilidades digitais. Portanto, exigem ações integradas e adaptadas a contextos marcados pelas complexas condições socioespaciais, culturais, econômicas e políticas existentes.

El Mezquital é o segundo maior município do estado de Durango. Cerca de 76,5% da população total desse município fala alguma língua indígena (37.194 pessoas), sendo o o'odham ou tepehuano do sul o idioma mais falado (31.582 falantes), seguido pelo huichol (2.801 falantes) e pelo náhuatl (1.064 falantes).

Em comparação com outros municípios do mesmo estado, tem o **maior percentual de população em situação de pobreza** (91,1%) e pobreza extrema (65,5%), enquanto 33,9% da população total apresenta carências relacionadas ao atraso educacional (CONEVAL, 2020). Os dados revelam que apenas 2,6% têm acesso à Internet, 4,54% possuem computador e 29,6% têm um telefone celular (Asociación de Internet MX, 2022).

A transição para a educação digital nas escolas indígenas de El Mezquital enfrenta desafios importantes, como **a falta de acesso à internet e a ausência de uma infraestrutura tecnológica adequada**, além de profundas disparidades no desenvolvimento de habilidades digitais nas comunidades escolares, no acesso a dispositivos tecnológicos e no nível de familiaridade com as TIC.

Considerando este panorama, a fase de diagnóstico do projeto teve como objetivo **mapear de que forma as desigualdades**, no âmbito da transformação digital, **se manifestam no sistema de educação básica** (indígena e intercultural) e nas **comunidades do município**. O propósito central era caracterizar os **problemas e necessidades** dos agentes educacionais envolvidos, bem como gerar **diretrizes** para o desenvolvimento e a implementação de um modelo de formação pedagógica voltado para os professores da região, que possibilitasse a educação híbrida e digital nesses contextos de baixa conectividade. Tudo isso considerando a importância de abordar a realidade social a partir de uma perspectiva **interseccional de diversidade e inclusão** (Auzanneau et al., 2021).

“
A FASE DE
diagnóstico teve como
objetivo mapear de que forma
as desigualdades, no âmbito
da transformação digital,
se manifestam no sistema
de educação básica e nas
comunidades do município.
”

O diagnóstico de campo foi realizado entre janeiro e maio de 2024 e consistiu em **estratégias de pesquisa qualitativa e participativa**. O objetivo era obter dados de primeira mão para dar voz à experiência e à perspectiva do corpo docente de El Mezquital sobre a transformação digital.



Para isso, foi realizada uma primeira aproximação etnográfica ao território, a partir da qual foram definidas a viabilidade e a pertinência das ações subsequentes. Posteriormente, foram implementadas atividades estruturadas em um workshop do qual participaram professores e outros agentes de educação representando as doze comunidades de El Mezquital. Essa experiência permitiu a criação de **espaços grupais para o diálogo, a troca de perspectivas e o compartilhamento de experiências** (Fuentes & Campos; 2018), que foram complementados com as perspectivas das autoridades e pesquisadores da área de educação em um grupo de discussão.

Nessa linha, o diagnóstico permitiu compreender como as lacunas digitais afetam diretamente as experiências cotidianas, a prática educacional e a configuração social das diferentes comunidades. Isso possibilitou a **identificação de conflitos, necessidades e expectativas de melhoria** no processo de transformação digital. Além disso, os espaços grupais ajudaram a compreender como essas lacunas se manifestam no plano coletivo.

Embora tudo isso tenha sido fundamental, havia um interesse especial em explorar os recursos e as estratégias que “já tinham sido desenvolvidos” pela equipe docente diante dos desafios enfrentados. Isso também permitiu que os professores reconhecessem as **habilidades e os conhecimentos** disponíveis em suas comunidades escolares e que podem ser potencializados em prol do bem comum.

Por fim, o diagnóstico fomentou as **reflexões e considerações necessárias** para que os participantes traçassem diretrizes para a formação que considerassem pertinentes e úteis com base nas experiências, habilidades e conhecimentos que possuem sobre educação digital².

² O relatório do projeto, elaborado em coautoria com Fernando I. Salmerón Castro, foi apresentado ao escritório da OEI no México e está aguardando publicação.

A abordagem participativa, suas implicações e compromissos

O desenho deste diagnóstico foi guiado pelos princípios básicos da pesquisa qualitativa. A partir dessa construção cooperativa, é possível **gerar dados flexíveis e sensíveis ao contexto social** em que são gerados, evitando comprometer a identidade, a dignidade e a liberdade das pessoas que colaboraram nela.

Por outro lado, na dimensão colaborativa, as pessoas, grupos e comunidades são reconhecidos como agentes ativos, autônomos, portadores de conhecimentos e experiências valiosas (Auzanneau et al., 2021:6-7). Este diagnóstico teve como ponto de partida o **envolvimento social**, por médio do qual foi possível revelar processos coletivos de compromisso, engajamento e pertencimento através do que é comum ou compartilhado. Isso também possibilitou a **criação de vínculos pautados na reflexão-diálogo-ação** que se mostraram úteis para promover ações voltadas para o desenvolvimento e o fortalecimento sociopolítico dos participantes (Durston & Miranda, 2002). Nesses vínculos, é possível construir pontes importantes entre os diversos atores e agentes sociais, como ocorreu na

experiência apresentada aqui em El Mezquital. Nesse sentido, embora os dados coletados tenham sido considerados como um insumo fundamental para a tomada de decisões, devemos destacar o **objetivo principal de colocar no centro as vozes das comunidades educacionais e os conhecimentos que desenvolveram, como resposta aos desafios vividos no cotidiano**. Como comentam Durston & Miranda (2002, p. 7), tudo isso “parte de um diálogo que concede um papel ativo à comunidade, estimula sua participação no diagnóstico e na resolução de suas necessidades, pondo fim à imposição de lógicas externas que se apropriam da avaliação local e cultural” (2002, p. 7).

A experiência aqui apresentada, como parte de um projeto mais amplo, mostra que a **sustentabilidade e o sucesso das iniciativas dependem**, em grande parte, de sua pertinência, pois ganham significado quando alimentadas pela participação das comunidades. Dessa forma, apresenta-se como uma boa prática que fomenta ações e conhecimentos situados voltados ao fortalecimento da educação, da qual podem surgir **propostas capazes de construir pontes** entre o que é necessário mudar, construir ou fortalecer de modo que se tornem viáveis e pertinentes.

Referências:

Asociación de Internet MX (2022). *18º Estudio sobre los hábitos de personas usuarias de Internet en México 2022*.

<https://www.asociaciondeinternet.mx/estudios/habitos-de-internet>

Auzanneau, M. et al. (3-12 de noviembre de 2021). *Metodologías participativas en perspectiva decolonial: reflexiones epistemológicas a partir de experiencias multisituadas*. VII Encuentro Latinoamericano de Metodología de las Ciencias Sociales.

<https://congresos.fahce.unlp.edu.ar/elmechs/vii-elmechs/actas/ponencia-220905115805598701/@/display-file/file/OraisonPONmesa1.pdf>

Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL) (2020). *Informe de pobreza y evaluación 2020*.

https://www.coneval.org.mx/coordinacion/entidades/Documents/Informes_de_pobreza_y_evaluacion_2020_Documentos/Informe_Durango_2020.pdf

Durston, J. & Miranda, F. (Eds.) (2022). *Experiencias y metodología de la investigación participativa*. Unesco & CEPAL.

<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/ee76a4e1-bf36-48b2-942c-08ad81278c93/content>

Fuentes López, A. & Campos García Rojas, E. (2018). *Diálogo, saberes y educación no formal. Una propuesta desde la mirada intercultural*. Coordinación General de Educación Intercultural y Bilingüe de la Secretaría de Educación Pública.

https://dgeiib.basica.sep.gob.mx/files/fondo-editorial/educacion-intercultural/cgeiib_00039.pdf

Essa experiência permitiu a criação de espaços grupais para o diálogo, a troca de perspectivas e o compartilhamento de experiências, que foram complementados com as perspectivas das autoridades e pesquisadores da área de educação em um grupo de discussão.



PROGRAMADOS PARA DESCONFIAR: JUVENTUDE, ALGORITMOS E A CRISE DO COMUM.





POR **ELSA ARNAIZ CHICO**

Presidente da Talento para o Futuro, e professora na Universidade Nebrija e IE University (Espanha)

As redes sociais prometeram criar uma comunidade, mas o que nos entregaram foram métricas. Em vez de praças, timelines. No lugar de conversas, scroll. **O que parecia ser uma revolução democrática acabou virando uma ilusão:** laços passageiros, identidades fragmentadas e uma cidadania emocionalmente esgotada.

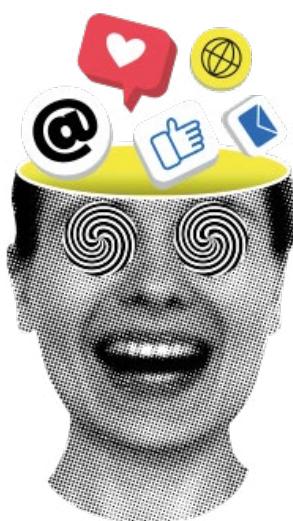
Para a geração Z, o digital não é apenas mais um espaço: é o ambiente padrão. Já nasceram conectados, mas isso não quer dizer que menos sozinhos. Na Espanha, **98,9% dos menores acessam redes sociais diariamente** (Observatório Nacional de Tecnologia e Sociedade, 2022). Em países como a Argentina, quatro em cada dez adolescentes estão conectados à Internet todos os dias (Familia Salesiana, 2015) e, segundo, a UNICEF (Cazeneuve, 2025), a maioria tem celular antes dos dez anos. Mas não se trata apenas de quanto tempo passam na frente da tela, mas sim do

sentido disso tudo. Essa interação, longe de construir essa comunidade, **acelerou o isolamento, a comparação constante e um sentimento cada vez mais profundo de não pertencimento**. Se você não está online, parece que não existe. Mas, mesmo estando, não se sente parte de nada.

Os sistemas que governam nossas telas não foram desenhados para favorecer o entendimento mútuo, e sim para **manter nossa atenção o maior tempo possível**. Stuart Russell, professor da Universidade da Califórnia em Berkley que há décadas estuda a inteligência artificial, explica isso com precisão cirúrgica (Adamo Idoeta, 2021): essas plataformas “criam vício, depressão, disfunção social, talvez extremismo, polarização da sociedade e, talvez, contribuem para disseminar a desinformação”. **O resultado é um paradoxo geracional:** hiperconectados, mas isolados; constantemente estimulados, mas emocionalmente exaustos.

O algoritmo não dialoga: prevê

O problema não é só técnico. É também profundamente filosófico e democrático. As plataformas que hoje moldam grande parte de nossa experiência social **não foram projetadas para incentivar o entendimento, mas para prender nossa atenção o maior tempo possível**. E isso tem um preço: o que choca se espalha, o que é complexo desaparece. O pluralismo não viraliza. A raiva, sim.



Até mesmo os próprios criadores sabem disso. Ex-funcionários do Vale do Silício já reconheceram com franqueza: suas plataformas “prejudicam as crianças, provocam divisões e enfraquecem a democracia” (Adamo Idoeta, 2021). E, mesmo assim, continuamos gostando dos posts. Porque o emocional vende. O racional entendia. **E o que é compartilhado não é o que nos conecta, mas o que nos coloca em confronto.**

Como alertam Yochai Benkler, Robert Faris e Hal Roberts em Network Propaganda, os algoritmos, projetados para maximizar o engajamento do usuário e a receita publicitária, **tendem a priorizar conteúdos sensacionalistas controversos e polêmicos**. Não importa se é verdade, mas sim se prende a atenção. E isso torna o ambiente digital um terreno fértil para a **simplificação e a manipulação**.

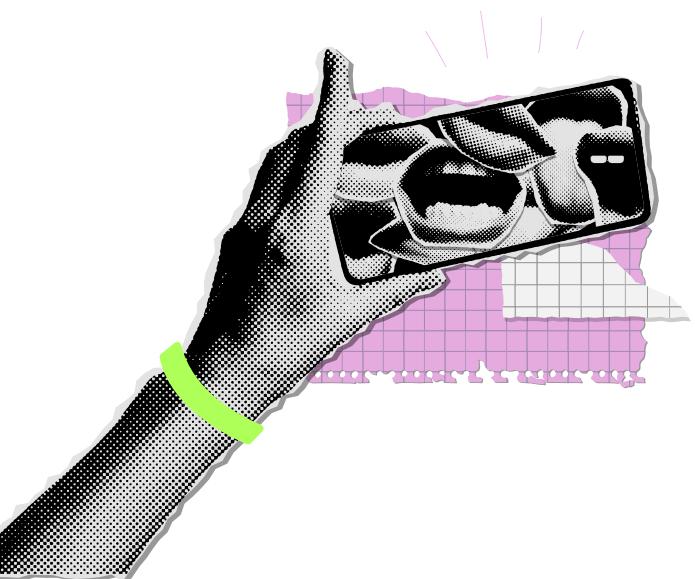
Jonathan Haidt (2022) também adverte que essas plataformas, ao recompensarem a exibição moral e a crítica ao outro, geram um ecossistema em que **a identidade é afirmada por meio do conflito, não do reconhecimento**. A lógica é perversa, mas simples: quanto mais alteradas, mais engajadas. Quanto mais em confronto, mais previsíveis. O que parecia liberdade de expressão é, na realidade, uma fábrica de saturação. Uma economia da atenção que transforma nossa vulnerabilidade em dados e nossa opinião em produtos.

A cidadania se transforma, assim, em plateia, e a deliberação democrática, vira espetáculo. As emoções mais intensas - indignação, medo, desprezo - não são apenas as mais compartilhadas: são as mais lucrativas. **A arquitetura algorítmica recompensa o que polariza, não o que esclarece**. E, principalmente, a viralização substitui a veracidade, e essa substituição tem um custo: **o enfraquecimento estrutural do debate público**.

“
O QUE PARECIA SER
uma revolução democrática
acabou virando uma
ilusão: laços passageiros,
identidades fragmentadas
e uma cidadania
emocionalmente esgotada.
”

As redes não inventaram o conflito, mas o profissionalizaram: identidades em conflito, nuances apagadas, debates reduzidos a slogans. A política se tornou uma guerra simbólica permanente, em que **a atenção é conquistada no grito e os algoritmos atuam como chefes de campanha invisíveis**. Toda diferença se torna uma batalha moral. Toda conversa, um campo de batalha emocional.

E isso tem consequências estruturais. Na Espanha, **92% dos jovens acreditam que sua voz tem pouca ou nenhuma importância para a classe política**. E 87% não se sentem representados. Embora não se trate de desinteresse, é uma exclusão aprendida. Um processo de aprendizado diário, em plataformas onde se expressar não significa ser ouvido e onde **o poder não é redistribuído, mas sim simulado**.



Enquanto isso, as instituições democráticas ainda funcionam com a lógica do século XX. Parlamentos, partidos e mídia **lutam para manter sua relevância** em um ecossistema em que os algoritmos decidem o que é visível, e o que é visível define o que pode ser debatido. Como Benkler e seus coautores destacam, a esfera pública só funciona de fato se houver condições estruturais que garantam visibilidade para a diversidade de vozes e a circulação cuidadosa das ideias. Já não basta defender a liberdade de expressão: é preciso assegurar as condições materiais para que essa expressão tenha impacto, contexto e veracidade.

Por exemplo: a transmissão constante da guerra em Gaza e a saturação emocional de imagens fora de contexto transformaram a tragédia em conteúdo e a dor em entretenimento. A desinformação não circula sozinha: se espalha impulsionada por uma arquitetura que prioriza o que é lucrativo em detrimento do relevante. **E essa economia emocional não estimula: esgota**.

A ARQUITETURA
algorítmica recompensa o que polariza, não o que esclarece.
E, principalmente, a viralização substitui a veracidade, e essa substituição tem um custo: o enfraquecimento estrutural do debate público.



Não estamos diante de uma ditadura digital nos moldes clássicos. O que enfrentamos não é uma censura direta, mas uma forma mais sofisticada de captura: a saturação. Um fluxo ininterrupto de estímulos que sufoca o sentido, uma abundância tóxica que anestesia o julgamento. A infoxicação não é um efeito colateral, é parte do projeto. **Uma cidadania saturada não se mobiliza: desliza. Não exige: reage. Não transforma: sobrevive.**

A democracia precisa de mais do que direitos formais: **precisa de condições cognitivas, emocionais e simbólicas** que permitam uma participação significativa. Hoje, no entanto, essas condições estão sendo minadas não por leis ou decretos, mas pelo próprio modo como o sistema foi concebido.

Reprogramar o comum

Portanto, se realmente consideramos que somos democratas, devemos nos perguntar: como manter uma esfera pública deliberativa se tudo está mediado por plataformas privadas que decidem o que entra e o que não entra em nossas bolhas? Como podemos construir uma cidadania crítica em uma cultura do choque, do clique, da curtida?

Dante dessa realidade, o desafio não é apenas regular. É repreender. Não basta saber navegar. **É preciso saber desmontar os algoritmos, os vieses e as narrativas.** É fundamental promover uma alfabetização crítica que devolva às pessoas **o controle sobre o que veem**, o que compartilham e no que acreditam. Porque não é apenas uma questão de saber como as redes funcionam, mas **de entender a quem serve**. E até que ponto estão moldando o que consideramos desejável, tolerável ou inevitável.

Não se trata apenas de pedir às plataformas que sejam mais responsáveis, mas de reconhecer que o próprio design do ambiente digital está moldando nossas democracias. O que temos hoje não é um espaço público, mas sim um mercado de atenção: **cada clique é uma microdecisão emocional;** cada algoritmo é uma arquitetura invisível da distribuição do poder simbólico.

É essencial **construir novos pactos** - entre a mídia, as plataformas, as instituições e a sociedade civil - que não girem em torno da viralidade, mas da verdade. Que entendam que **o pluralismo não é uma ameaça, e sim a única garantia de convivência democrática.** Que entendam que o problema não está apenas no que é dito, mas em quem decide o que é visto e sob qual lógica de negócios.

Porque se continuarmos delegando a construção do comum a sistemas cujo objetivo é nos manter engajados - não informados, não representados, não empoderados - o que automatizaremos não é o acesso, mas sim a **exclusão**.

A VIRALIZAÇÃO substitui a veracidade, e essa substituição tem um custo: o enfraquecimento estrutural do debate público.

A resposta passa pela construção de uma soberania da informação. Não como um slogan, mas como uma política pública: uma política que garanta a pluralidade real, que invista na alfabetização crítica, que regulamente o design algorítmico e que devolva à cidadania o controle sobre suas próprias condições de participação.

Porque se não intervirmos primeiro - com política, com memória, com comunidade - o futuro não será mais democrático. **Será mais automático, mais emocionalmente instável e mais politicamente desigual.**

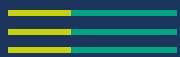
Referências:

- Adamo Idoeta, P. (2021). *Por qué los algoritmos de las redes sociales son cada vez más peligrosos*. BBC News.
<https://www.bbc.com/mundo/noticias-58874170>
- Cazeneuve, ME. (2025). *Los niños argentinos acceden al primer celular antes de los 10 años y el 80% usa redes sociales todos los días*. Infobae.
<https://www.infobae.com/tendencias/2025/05/06/los-ninos-argentinos-acceden-al-primer-telefono-celular-antes-de-los-10-anos-y-el-80-usa-redes-sociales-todos-los-dias/>
- Familia Salesiana (2015). *Cuatro de cada diez adolescentes están conectados a Internet las 24 horas*. Boletín Salesiano.
<https://www.boletinsalesiano.com.ar/cuatro-de-cada-diez-adolescentes-estan-conectados-a-internet-las-24-horas/>
- Haidt, J. (2022). *Why the Past 10 Years of American Life Have Been Uniquely Stupid*. The Atlantic.
<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2022/05/social-media-democracy-trust-babel/629369/>
- Observatorio Nacional de Tecnología y Sociedad (ONTSI) (2022). *Un 98% de los menores españoles usa internet de forma habitual desde la pandemia*. Red.es.
<https://www.red.es/es/actualidad/noticias/un-98-de-los-menores-espanoles-usa-internet-de-forma-habitual-desde-la-pandemia>

A democracia precisa de mais do que direitos formais: precisa de condições cognitivas, emocionais e simbólicas que permitam uma participação significativa.



RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA.





POR DANIEL INNERARTY

Doutor em Filosofia, catedrático e pesquisador especializado em teoria política e social, diretor do Instituto de Governança Democrática e professor em várias universidades europeias

Quase todos perdemos quase sempre as eleições e, quando os nossos vencem, precisam governar com outros e nunca fazem o que gostaríamos que fizessem. Assim, a condição do *homo democraticus* é a **decepção**, compensada pelo fato de que ninguém consegue fazer tudo do jeito que quer; **o sucesso da democracia consiste em distribuir essa decepção da forma mais justa possível**. Por isso, quando surge algum ator que tenta ficar com tudo, as resistências se intensificam, o jogo fica tenso e acaba em um equilíbrio que não é plenamente satisfatório para ninguém, nem mesmo para aqueles que não queriam compartilhar o poder

com outros. A democracia, no fundo, sempre foi uma forma de lidar politicamente com as diferenças.

O fato de o poder político poder ser conquistado por qualquer pessoa em uma democracia, inclusive por aqueles que questionam seus valores, é prova tanto **de sua fraqueza quanto de sua grandeza**. A democracia é um sistema de governo aberto, imprevisível e indeterminado. Portanto, nada é totalmente seguro contra mudanças nem contra retrocessos, mas, ao mesmo tempo, é um sistema que minimiza os danos de um governo ruim ao limitar seus poderes e sua duração.

Os governos enfrentam grandes dificuldades para impor sua vontade, porque a democracia oferece aos mais diversos atores a possibilidade de fazer valer seus interesses, como opinar, protestar, pressionar, negociar. Nesse contexto, a democracia se caracteriza por colocar o poder nas mãos de muitos, porque muitos têm pouco poder (embora essa igualdade em termos de influência nunca seja completa), ao contrário das sociedades não democráticas, nas quais poucos concentram muito poder. Isso pode ser um incômodo para quem governa, mas serve para conter os poderosos e substituí-los. **Por mais importante que seja a eleição, apesar da centralidade do governo, os principais atos democráticos são resistir e destituir.**

Na diversidade imprevisível de uma sociedade democrática, **não há ação que não encontre algum tipo de resistência**, nem iniciativa sem oposição. O princípio dos freios e contrapesos se baseia em uma valorização positiva da experiência da reciprocidade, das dependências, dos equilíbrios e da pressão organizada que levam aos compromissos que moldam nossa convivência. A democracia é a institucionalização produtiva desse princípio, que deixa de ser um inconveniente e passa a ser visto como um recurso.

GOVERNOS
existem em todos os lugares;
só as democracias permitem
a existência de uma oposição
alternativa com representação,
voz e direitos.

Por isso podemos dizer que **seu elemento mais importante é a oposição, a possibilidade e a legitimidade de se opor**. Governos existem em todos os lugares; só as democracias permitem a existência de uma oposição alternativa com representação, voz e direitos. Como diz Przeworski, “**a democracia é quando você perde a eleição**”.



Nesse sentido, as sociedades modernas se habituaram ao contraste de perspectivas e desdramatizaram o antagonismo.

A democracia garante a possibilidade de explorar alternativas e pressupõe que a oposição, por mais derrotada ou minoritária que seja, pode chegar ao poder. Podemos desejar que alguns nunca governem, mas não deveríamos desejar que isso seja impossível.

Em uma **sociedade democrática, deve haver um governo e resistências ativas ao poder.**

O resultado da estabilização dessas resistências é uma sociedade que pode ser definida como pluriarquia e que molda um sistema que está mais interessado em controlar a autoridade do que em torná-la eficaz ou, em termos republicanos, que está mais interessado em impedir o domínio



da maioria do que em facilitar suas decisões. Robert Dahl considerou que as sociedades pluralistas são caracterizadas por uma ampla disseminação social dos recursos políticos e pela proliferação de poderes e contrapoderes, de modo a dificultar a concentração excessiva de poder e favorecer a existência de múltiplos atores em competição e relativamente independentes. É claro que ainda existem fenômenos de concentração e aspirações de hegemonia, mas **a lógica da multiplicação é mais persistente do que a da centralização.**

“

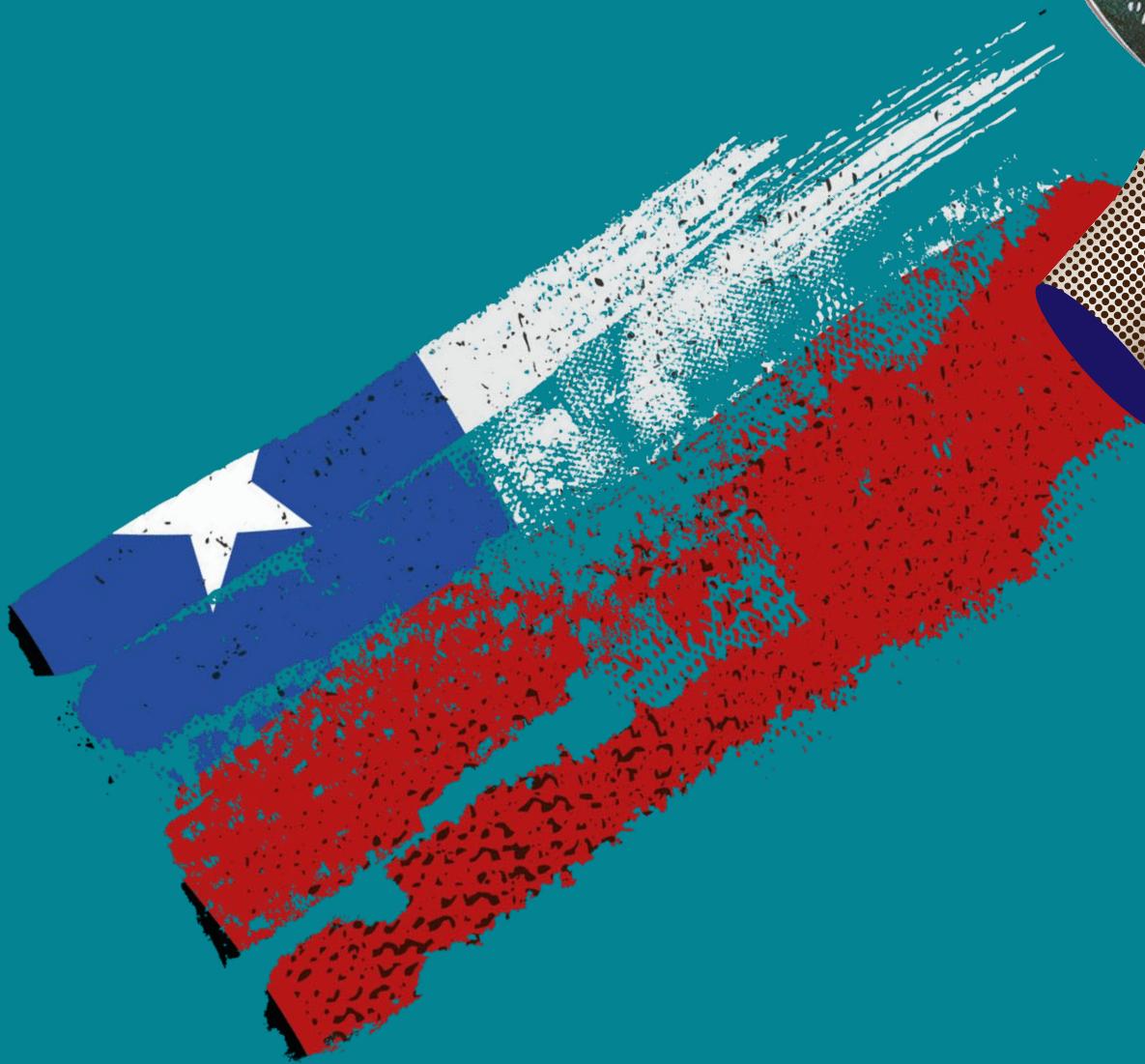
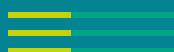
O PRINCÍPIO
dos freios e contrapesos se baseia em uma valorização positiva da experiência da reciprocidade, das dependências, dos equilíbrios e da pressão organizada que levam aos compromissos que moldam nossa convivência.

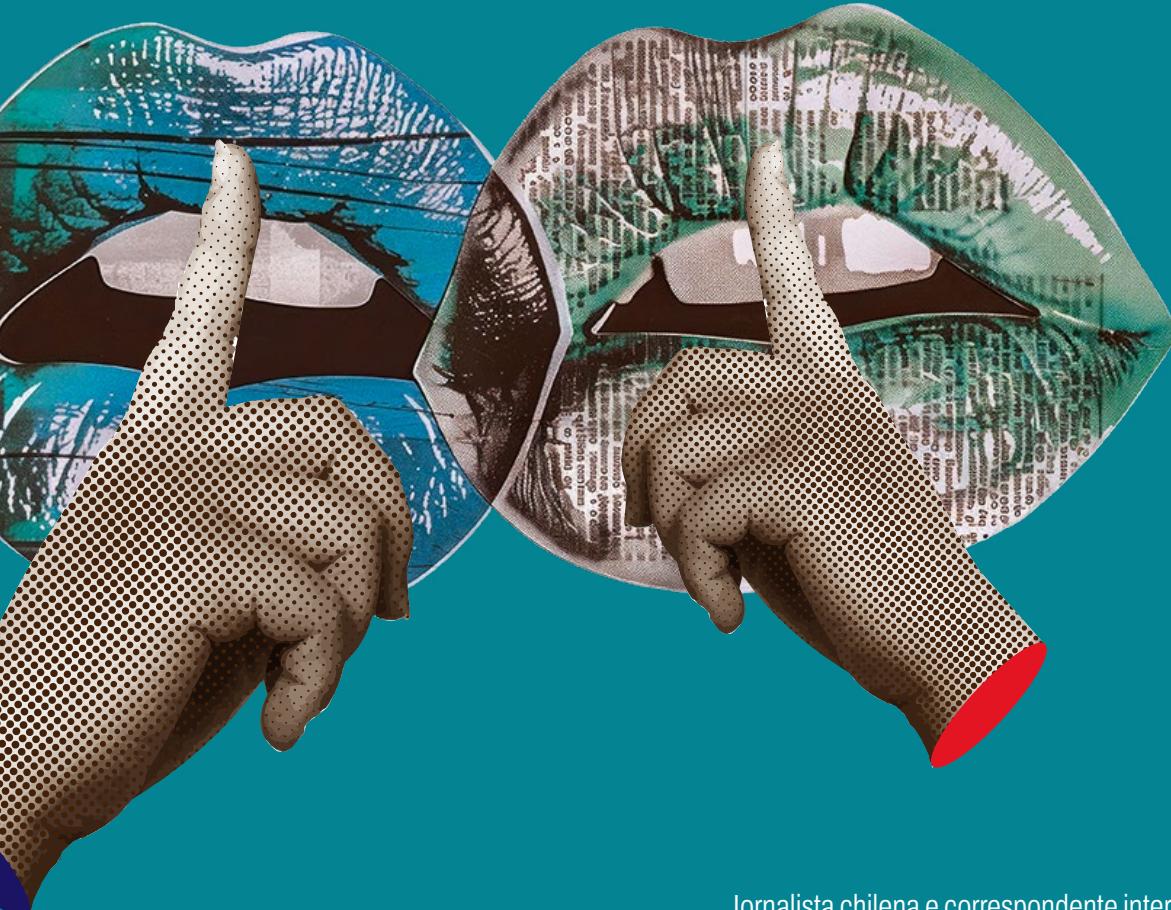
”

Conforme esboçado no início, tudo isso confere à sociedade democrática uma instabilidade peculiar que, por sua vez, é mais estável do que costumamos supor. **A crise** - o questionamento das estruturas políticas, a modicabilidade das instituições, a provisoredade dos consensos, as possibilidades de mudança disponíveis para diferentes atores, a rivalidade entre visões de mundo, valores e interesses - é o **estado normal das sociedades**. Não é alarmante que a sociedade esteja em crise: em uma democracia, a condição normal das coisas é a crise.

Pois bem, **o que parece torná-las vulneráveis é justamente o que lhes dá uma força especial: a divisão do poder, sua provisoredade, a proteção da crítica, a existência de alternativas e a capacidade de aprender é o que permite às democracias sobreviverem às crises.** Sei que não é uma concepção muito ambiciosa de democracia, mas talvez o melhor dessa forma de organizar a política é que **legitima a resistência e está aberta a mudanças**, nas quais é possível tirar quem está no poder.

A URGÊNCIA DE REFORÇAR A MEMÓRIA CHILENA.





POR **YASNA MUSSA**

Jornalista chilena e correspondente internacional independente

Anarrativa do regime de Pinochet, que apresentava o golpe de Estado como uma “salvação nacional”, tem sido um dos principais obstáculos para o avanço da memória histórica.

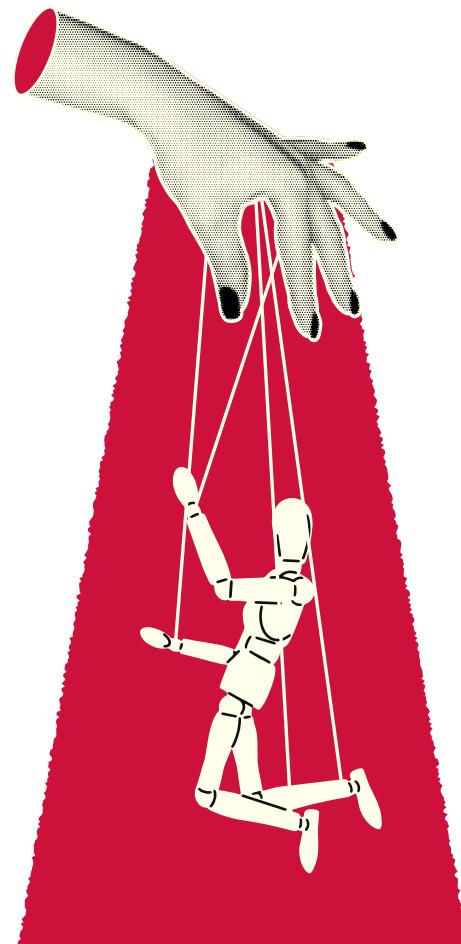
Há apenas uma semana foi declarado o triunfo de Jeannette Jara nas primárias da coalizão governista e o foco da mídia se voltou para sua militância: ela será a **primeira candidata do Partido Comunista (PC) a liderar toda a esquerda em uma eleição presidencial desde o retorno da democracia chilena**. Muitos meios de comunicação têm concentrado sua atenção no perfil marcante da candidata, enfatizando que seu partido deve oferecer garantias.

No entanto, em um país com uma ferida tão profunda como a deixada pela ditadura liderada por Augusto Pinochet, é curioso que não chame tanta atenção o fato de três dos quatro principais candidatos à Presidência terem um passado ou um presente que endossa essa mesma ditadura e seus 17 anos de horror. Sem ir mais longe, um deles, o deputado **Johannes Kaiser**, candidato presidencial do Partido Nacional Libertário, da extrema direita, reconheceu sem complexos em uma entrevista transmitida pela televisão na última quinta-feira que “sem dúvida, absolutamente” **apoaria um novo golpe de Estado** caso se repetissem circunstâncias semelhantes às de 1973. Mesmo que as consequências tenham sido repressão e violações sistemáticas dos direitos humanos, Kaiser declarou em várias ocasiões sua **simpatia pela ditadura** e também propôs proibir o Partido Comunista.

O panorama na vizinhança tem demonstrado que a democracia não é garantida: **elogiar ditaduras sangrentas da América Latina não teve nenhum custo** para políticos como Jair Bolsonaro ou Javier Milei, pelo contrário, levou-os à presidência do Brasil e da Argentina, respectivamente. Eles mostraram que **a democracia e seus processos estão por um fio muito fino** e que, em apenas um período, é possível retroceder em garantias e direitos que pareciam já conquistados. Do outro lado do continente, nos Estados Unidos, Donald Trump só levou duas semanas para começar a desmantelar a maioria dos programas sociais, depois de se tornar presidente pela segunda vez e sem que o assalto ao Capitólio tivesse consequências para seu capital político.

“
AO LONGO
dos anos, o sistema
político tem sido vítima da
desconfiança.
”

Em tempos de crise global, com indícios de fascismo e questionamentos às instituições eleitorais, **discursos que até poucos anos atrás poderiam ter sido um escândalo se tornaram comuns**. Como quem segue um manual, nas eleições presidenciais de 2021, José Antonio Kast falou da opção de recorrer aos tribunais eleitorais caso houvesse uma votação acirrada, um gesto que vários analistas apontaram como parte de uma estratégia eleitoral com traços “trumpistas”, mas que chama a atenção em um país onde sempre se destacou a seriedade e a legitimidade do seu sistema eleitoral.



No Chile, o caminho da transição foi complexo, acidentado, marcado por pactos de silêncio, omissões e concessões. O país ainda tem uma dívida no que diz respeito à reparação, razão pela qual o fato de três dos quatro candidatos à presidência serem representantes daquela direita pinochetista nos leva a questionar o **quanto avançamos no fortalecimento de uma memória histórica que nos permita rejeitar o relativismo em matéria de direitos humanos e, com isso, defender e consolidar o sistema democrático que tanto custou a ser recuperado**.

Normaliza-se que certos setores políticos e culturais recorram ao fenômeno da “amnésia social”, buscando minimizar ou justificar o ocorrido, como uma forma de manipular a memória histórica e evitar assumir responsabilidades. **A narrativa oficial do regime de Pinochet**, que apresentava o golpe de Estado como uma “salvação nacional”, tem **sido um dos principais obstáculos ao avanço da memória histórica**. É nesse contexto que surgem figuras como Bolsonaro, Milei, Kaiser ou Kast, que retomam o discurso messiânico da salvação.

É preocupante que nas recentes primárias com voto voluntário apenas 9% do total do eleitorado tenha decidido participar. Ao longo dos anos, **o sistema político tem sido vítima da desconfiança**, especialmente entre aqueles que foram diretamente afetados pela repressão. A reconciliação, constantemente apelada, só é possível se o país assumir a verdade em sua totalidade, sem eufemismos ou distorções. Sem exaltar golpes de Estado em horário nobre.

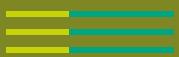
A Comissão Valech, o Relatório Rettig, os testemunhos das vítimas e a preservação dos lugares de memória foram passos fundamentais nesse processo. Um sistema democrático se consolida quando seus cidadãos **confiam na veracidade e na justiça de suas instituições**. Não importa somente lembrar, mas também a forma de como esses eventos são lembrados e processados, pois disso depende a construção da identidade nacional e da justiça social. Suas instituições serão, então, um espelho disso: um espaço onde se reflete a confiança ou uma mancha que não permite mostrar a realidade e mantém seus cidadãos e cidadãs desconectados das decisões políticas.

Este passo não é só fundamental para as vítimas e familiares de milhares de pessoas que foram detidas, torturadas, desaparecidas e executadas, que precisam que a sociedade reconheça o que aconteceu para que haja uma reparação simbólica e material. Também é essencial como garantia para este novo eleitorado jovem que hoje se junta aos movimentos sociais ou sai às ruas para reivindicar, mas que depois não confia na via eleitoral para consolidar suas ideias políticas. **A educação sobre os direitos humanos e os eventos da ditadura deve ser fortalecida para que as novas gerações compreendam a importância de lembrar, de preservar a memória coletiva e de não permitir que os erros do passado se repitam**. Para nos afastar desse abismo que hoje parece distante, mas que aconteceu há apenas meio século.

“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos e sem responsabilidade talvez não mereçamos existir”, disse José Saramago, escritor português e Prêmio Nobel de Literatura. Hoje, no Chile, temos que assumir com responsabilidade essa memória, trabalhar para mantê-la e defendê-la como ela merece.



ENTREVISTA COM ADELA CORTINA.



«A democracia é a melhor forma de governo que os seres humanos criaram e deve ser defendida com unhas e dentes. »





Veja entrevista completa:



POR MARÍA BENSADÓN

Diretora de Publicações e Comunicação Interna, OEI

Filósofa, professora emérita de Ética e Filosofia Política da Universidade de Valência e membro da Real Academia de Ciências Morais e Políticas, Adela Cortina é uma das pensadoras mais influentes de língua espanhola. Pioneira na ética aplicada a diferentes áreas, como empresas, educação e política, desenvolveu conceitos como a “aporofobia”, a

aversão aos pobres, e defendeu a importância da democracia radical. Nesta entrevista, realizada numa manhã fria no final de fevereiro de 2025 na *Institución Libre de Enseñanza*, Adela reflete sobre a situação da democracia na Ibero-América, o papel da educação na formação de cidadãos responsáveis e a necessidade de cultivar a ética na vida cotidiana.

A DEMOCRACIA
não é um sistema de
salvação, mas uma forma
de organização política — a
melhor que temos.”»

Além disso, a democracia nos transforma em cidadãos, não em servos nem em escravos. Ela nos permite tomar decisões coletivas e não depender do poder arbitrário de uns poucos. E, é claro, a divisão de poderes é essencial para evitar o autoritarismo.

No entanto, a democracia está em retrocesso não apenas na América Latina, mas em todo o mundo — e isso é extremamente preocupante. Muitas pessoas preferem sacrificar a própria liberdade em troca de segurança e bem-estar. É aí que entram os discursos do medo, que buscam nos dividir e nos fazer acreditar que devemos nos proteger dos imigrantes ou daqueles que são diferentes. Isso é o que poderíamos chamar de boato e interferência. E é algo que nos prejudica enormemente a todos.

A democracia não é perfeita, mas é a melhor forma de governo que os seres humanos conceberam, e devemos defendê-la com unhas e dentes.

«A CIDADANIA NÃO DEVE TER FRONTEIRAS».

María: A senhora fala de uma ética baseada na justiça, na liberdade e na compaixão. Como podemos transferir esses princípios para a nossa vida cotidiana para sermos cidadãos mais responsáveis?

Adela Cortina: Historicamente, a cidadania tem funcionado com base em um esquema de inclusão e exclusão, entre aqueles que são cidadãos e os que não são, e por isso ficam de fora. Mas, ao longo do tempo, temos deslocado cada vez mais essas fronteiras e questionado seus limites.

Embora os Estados continuem sendo a base do direito internacional, nós, cosmopolitas, defendemos que o essencial são as pessoas e que essas estruturas devem estar a seu serviço. Em um mundo globalizado, é impossível “colocar cercas no campo”; em vez disso, devemos avançar rumo a uma cidadania mundial, onde não haja excluídos e todos tenham um lugar.

Para construir essa cidadania cosmopolita, é essencial fortalecer a sociedade civil por meio de espaços de



debate, palestras e publicações que promovam uma cultura democrática global. A conscientização é fundamental, e devemos falar sobre isso como algo óbvio: todos somos cidadãos do mesmo mundo.

Os meios de comunicação, a educação e o intercâmbio entre comunidades desempenham um papel central nesse processo. Quanto mais nos relacionarmos, vivermos em lugares diferentes e nos vermos como cidadãos do mundo, mais perto estaremos de consolidar uma verdadeira cidadania sem fronteiras.

“
SOMOS
interdependentes: isolar-se
é suicídio.

María: Como podemos conciliar, a partir da «ética cosmopolita», decisões de governos que fecham agências de cooperação, abandonam organismos internacionais e não acreditam em acordos globais?”

Adela Cortina: É um erro e, em muitos casos, um suicídio. Somos interdependentes e comprovamos isso com a pandemia. De repente, a Espanha descobriu que não tinha medicamentos nem vacinas e teve que negociar com a China, Alemanha e outros países. Durante a pandemia da covid-19, percebemos que estávamos todos no mesmo barco. Claro, alguns viajavam em cabines de luxo e outros no porão, mas, no final, todos dependíamos uns dos outros.

Isolar-se não faz sentido, nem mesmo do ponto de vista pragmático. Até os Estados Unidos precisam de aliados. Todos precisamos uns dos outros, e quem não quiser ver isso, mais cedo ou mais tarde vai perceber, quando já for tarde demais.

«TEMOS DE USAR
NOSSA CAPACIDADE DE
COMUNICAÇÃO PARA NOS
ENTENDERMOS».



María: Adela, gostaria que nos falasse sobre o conceito de eclipse da razão comunicativa, definido e explicado muito bem em seu último livro. Poderia resumir sua importância?

Adela Cortina: A ideia do eclipse da razão comunicativa surge como uma crítica à primazia da razão instrumental, que se concentra apenas nos meios, sem questionar os fins. Se falamos apenas de como fazer as coisas sem nos perguntarmos por que as fazemos, perdemos a capacidade de construir projetos comuns. Para definir um rumo como sociedade, precisamos recuperar a razão comunicativa, que nos permite dialogar sobre os valores que queremos perseguir e não apenas sobre os métodos para alcançá-los. Se não há um “nós” com fins comuns, o que acontece é que os mais fracos sempre perdem. A razão comunicativa nos lembra que não podemos instrumentalizar as pessoas e que o entendimento mútuo é fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade democrática.

María: Estou totalmente de acordo. Vendo a polarização no debate político e nas redes sociais, gostaria de lhe perguntar: a senhora é otimista quanto à possibilidade de superar essa divisão?

Adela Cortina: Não sou otimista nem pessimista, porque esses são estados de espírito passageiros. O que realmente importa é a esperança, que é uma virtude e, como tal, deve ser cultivada dia após dia. A esperança não é ingênua: deve ser construída com razões concretas. Instituições como a OEI têm a tarefa de gerar essas razões e demonstrar que é possível superar a fragmentação social. A polarização foi criada pelas pessoas e, portanto, também pode ser desmontada por elas. É preciso trabalhar para isso.

“

A EDUCAÇÃO
é fundamental para formar
cidadãos democráticos.

”

María: Qual é o papel da educação na formação de cidadãos democráticos?

Adela Cortina: A educação é fundamental, porque é o que nos torna quem somos, como dizia Kant. Ela não é ministrada apenas na escola ou na universidade, mas também na família, no bairro e em todos os espaços onde nos relacionamos. No entanto, é imprescindível que haja uma reflexão comum sobre os valores nos quais queremos educar. Hoje em dia, existe uma grande desorientação porque cada instituição transmite mensagens diferentes, quando, na realidade, existe um consenso sobre valores essenciais como a liberdade, a igualdade e a solidariedade. Esses princípios devem ser transmitidos em todos os níveis de ensino, permitindo que cada pessoa escolha seu próprio caminho de vida.

María: Em sua opinião, o que o sistema educacional perdeu para deixar de ser o elevador social que era antigamente?

Adela Cortina: O sistema educacional tornou-se extremamente burocrático, e a burocracia mata a essência da educação. Prioriza-se a publicação em revistas de impacto ou o cumprimento de requisitos administrativos, em vez do verdadeiro ensino. Além disso, a educação é profundamente desigual: os mais privilegiados têm acesso a uma formação de qualidade, enquanto os outros se contentam com o mínimo para passar. Esquecemos a excelência como superação pessoal e nos entregamos à mediocridade dos padrões burocráticos. É preciso repensar e mudar o rumo.

María: Acha importante ensinar a democracia de forma prática em todas as etapas educacionais?

Adela Cortina: Com certeza. Educar para a cidadania democrática implica ensinar a argumentar, a se expressar, a respeitar os outros, mas também garantir uma base sólida de conhecimentos. Não podemos falar em cidadãos bem formados se eles não tiverem referências básicas sobre história, cultura ou pensamento crítico. A educação democrática deve ter três eixos: conhecimentos essenciais, capacidade de argumentação e respeito à dignidade e compaixão pelos outros. Sem esses pilares, a democracia se enfraquece.



«A APOROFobia É A AVERSÃO AO POBRE, NÃO AO ESTRANGEIRO».

María: Na América Latina, segundo dados da CEPAL, 32% da população ainda vive em situação de pobreza. Como a educação pode ajudar a reduzir a desigualdade e fortalecer uma democracia sem aporofobia, termo que a senhora cunhou?

Adela Cortina: A aporofobia, para quem não conhece o termo, descreve o desprezo pelos pobres; reflete como a sociedade rejeita aqueles que não têm algo a oferecer, como dinheiro ou poder. Embora se fale muito sobre xenofobia, poucas vezes se aborda esse tipo de rejeição aos mais desfavorecidos, que são excluídos por não poderem oferecer nada em troca. Essa é uma realidade presente todos os dias, e é fundamental acabar com ela, pois atenta contra a dignidade humana.

A educação tem um papel crucial na redução dessas desigualdades. Sensibilizar os jovens sobre a aporofobia e suas consequências pode transformar a forma como nos vemos mutuamente, reconhecendo que todos têm direitos e dignidade, independentemente de sua situação econômica. É importante criar uma cultura de respeito e apoio para com aqueles que se encontram em situação de pobreza.

Ajudar os mais pobres não é apenas um ato de solidariedade, mas também cumpre a Declaração dos Direitos Humanos, que reconhece a dignidade de todas as pessoas. Cumprir esses pactos beneficia a sociedade em geral, promovendo a coesão social e uma maior tranquilidade para todos.

Em última análise, ajudar aqueles que mais precisam é uma questão de progresso moral. Não se trata de obter um benefício imediato, mas de valorizar a dignidade humana e construir uma sociedade mais justa, onde a troca não seja a única base de nossas relações.

“
OS POLÍTICOS
devem buscar a excelência
para servir à comunidade.

María: Para finalizar, que mensagem daria aos jovens que futuramente ocuparão cargos de liderança?

Adela Cortina: Que busquem a excelência, mas não apenas para benefício pessoal, e sim para colocar suas capacidades a serviço da comunidade. Os heróis da antiguidade, como Aquiles e Heitor, eram excelentes porque suas habilidades garantiam a sobrevivência de seu povo. Hoje, a excelência se democratizou: não se trata de se destacar dos outros, mas de superar a si mesmo e colocar esse talento a serviço da sociedade.

As empresas e os políticos devem entender isso. Se trabalharem para o bem comum, serão valorizados. Se só buscarem o próprio benefício, acabarão destruindo a comunidade que os sustenta.

Nós, cidadãos, devemos exigir líderes excelentes, comprometidos e éticos. E se conseguirmos isso, talvez no futuro nos lembremos de seus feitos, como nas epopeias de Homero.

María: Não sei se estaremos aqui para ver isso.

Adela Cortina: Acho que não, mas, bem, é preciso indicar que esse é o caminho.

María: Muito obrigada, Adela, por seu tempo, sua generosidade e sua sabedoria.

Adela Cortina: Obrigada a vocês.

ENTREVISTA COM CECILIA BOBES.



«O governo sabe que precisa enfrentar uma sociedade cansada de aceitar tudo».





POR CARLA GLORIA COLOMÉ
Jornalista e comunicadora cubana

Entrevista com Cecilia Bobes, acadêmica cubana, quatro anos após o protesto de 11 de julho.

Apesar da repressão, o protesto já é uma das ações possíveis diante do descontentamento popular em Cuba.

Cuba esperou quase 27 anos desde o chamado Maleconazo para produzir imagens de seu povo tomando as ruas. Em 1994, o país era muito parecido com o de hoje: com longas horas de apagões, falta de alimentos e uma fúria incontrolável de sua população querendo ir para outro lugar. Quando, em 11 de julho de 2021, milhares de pessoas saíram em uma manifestação maciça, a ilha estava igualmente sufocada economicamente, mas já não era a mesma: havia internet (da qual tinham sido privados por décadas) e não estava presente a figura assustadora

de Fidel Castro, mas sim o governante Miguel Díaz-Canel, que foi alvo de garrafas plásticas quando apareceu para deter a insurreição. “Em 11 de julho, houve mais de 90 protestos simultâneos”, aponta a acadêmica e pesquisadora cubana Cecilia Bobes, doutora em Sociologia e professora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), no México. O protesto de julho, que acaba de completar 4 anos, mudou Cuba como poucos eventos fizeram nos últimos tempos.

Bobes dedicou-se a sistematizar e refletir sobre o protesto cubano em toda a sua dimensão, uma análise plasmada no volume *Protestos em Cuba. Além do 11 de julho* (FLACSO México, 2024), que resume a explosão que começou no município de San Antonio de los Baños, a sudoeste de Havana, e que em poucas horas se replicou em quase todo o território nacional.

A acadêmica vinha há tempos estudando os “novos atores sociais” em Cuba, além de temas ligados à cidadania e à sociedade civil — um conceito que chegou à ilha nos anos 1990. “A partir do Período Especial e das reformas, principalmente as econômicas, começou o debate sobre sociedade civil, porque, pela primeira vez, surgiram espaços de autonomia em uma sociedade até então muito vinculada ao Estado”, explica. Mesmo assim, Bobes afirma que a ideia de sociedade civil “horrificou” o governo. “Porque começaram a aparecer, dentro da própria sociedade cubana, sujeitos que não são dissidentes políticos, mas querem autonomia social — grupos que se distinguem do Estado, como os feministas ou os afrodescendentes.”

Mesmo assim, a pesquisadora considera que, até 11 de julho de 2021, não houve protestos maciços em Cuba, mas “ações de contestação”. Um ano antes, ocorreram episódios como a greve do Movimento San Isidro, que ganhou destaque na imprensa internacional, e a manifestação de artistas e intelectuais em frente ao Ministério da Cultura, reivindicando liberdade criativa e individual. Esses eventos foram preparando o terreno para um protesto maior. Com a pandemia colapsando os hospitais e fechando as portas ao turismo, somada a um país sufocado pelas sanções da primeira administração de Donald Trump, a o povo não se conteve e tomou as ruas gritando “Fome”, “Remédios” e “Abaixo a ditadura”. Apesar da repressão do governo, com condenações longas e exemplares para os participantes, e mesmo com o maior êxodo da história do país vindo em seguida, o 11 de julho abriu aos cubanos um novo horizonte diante do esgotamento: a possibilidade — ainda que reprimida — de protestar.

“
EM DUAS HORAS,
Cuba inteira estava
nas ruas.
”

Pergunta. Fala-se que o antecedente do 11 de julho foi o Maleconazo, que completará 31 anos em agosto. Mas, quais são as semelhanças e diferenças entre os dois protestos?

Resposta. Ambas são o mesmo tipo de protesto, as ruas tomadas por uma massa popular em um contexto semelhante: a crise econômica, o desejo de muitos de sair do país, a repressão, a pressão do exílio. Nada disso mudou. Mas a diferença fundamental é que o Maleconazo foi uma manifestação que durou poucas horas, em algumas ruas de Havana. Houve até pessoas da capital que só ficaram sabendo depois que tudo tinha acabado. Ao contrário do 11 de julho, o Maleconazo foi um protesto rapidamente controlado com dois elementos: o contingente Blas Roca, pessoas vestidas à paisana que começaram a bater nos manifestantes, e a presença de Fidel Castro no local. Naquela época, ainda havia um discurso de soberania e resistência que mobilizava as pessoas. O 11 de julho foi uma manifestação que começou em *San Antonio de los Baños* e, em duas horas, Cuba inteira estava nas ruas.

P. E a razão é a Internet...

R. Na Internet, as pessoas podem transmitir não apenas informações, mas também estados de espírito. A Internet também dá às pessoas a possibilidade de saber que não estão sozinhas, que há muitos que pensam da mesma forma. É um meio de mobilização, de convocação. Em um país como Cuba, onde não existe um canal oficial para convocar, a Internet funciona como um meio pelo qual as



pessoas podem se comunicar. A Internet aproxima comunidades distantes que nunca se veriam se não fosse pelas redes sociais. Em 11 de julho, as pessoas, com um telefone, replicaram o protesto.

P. Esses mesmos vídeos postados nas redes sociais foram usados pelo governo para condenar os manifestantes.

R. Sim. Após a manifestação, [o governo] usou os vídeos para identificá-los e ir buscá-los em suas casas, um por um. Em todos os protestos no mundo, incluindo os levantes latino-americanos, a repressão tem sido na manifestação: eles te prendem lá. Quando prendem as pessoas depois, ninguém fica sabendo quem foi preso e o protesto já se dispersou. Não se gera aquele efeito que permite que as pessoas reajam no momento contra a repressão; embora em 11 de julho tenha havido algumas prisões durante as manifestações.

P. Depois, o governo impôs penas de até 20 anos de prisão. As pessoas continuaram protestando apesar da repressão?

2024 voltaram a aumentar, e em março ocorreu uma “miniexplosão” no leste de Cuba. Há também mães que protestam, pessoas que fecham ruas porque não há água ou eletricidade. Os protestos continuaram, até chegar ao último, a reação ao aumento das tarifas da Empresa de Telecomunicações (ETECSA), que é um protesto muito importante. O que acontece é que a injustiça não foi resolvida. Há julgamentos exemplares e as pessoas têm medo. Se não tivessem medo, estariam nas ruas o dia todo, porque as condições em que vivem são muito graves. Mas o descontentamento e o mal-estar que havia em julho de 2021 têm aumentado, à medida que a crise se aprofunda.

Depois de 11 de julho, a economia piorou. A situação do sistema elétrico, da água, do lixo, da saúde... é uma crise que abrange todos os serviços e necessidades básicas das pessoas. Mas se antes a opção de protestar não estava no que eu chamo de “horizonte de ações possíveis” das pessoas, depois de 11 de julho o protesto se tornou parte do repertório, pelo menos como possibilidade. Não é algo organizado, não existe um grupo que possa convocar e mobilizar esse descontentamento, mas as pessoas estão irritadas e se manifestam espontaneamente. Por sua vez, o governo também sabe que agora tem que enfrentar uma sociedade cansada de aceitar tudo.



R. Em 2022, houve mais manifestações do que em 2021, embora não tenham sido simultâneas como a de 11 de julho, que foi uma explosão nacional. Já em junho daquele ano, começaram os protestos no município de Nuevitas, em Camagüey, que configuraram uma onda de 68 eventos, e cerca de 70 em outubro e novembro, após os danos causados pelo furacão Ian. Em 2023, houve menos, mas em

O QUE ACONTECE
é que a injustiça não foi
resolvida. Há julgamentos
exemplares e as pessoas
têm medo. Se não tivessem
medo, estariam nas ruas
o dia todo, porque as
condições em que vivem são
muito graves.



P. E isso ficou evidente, como eu dizia, na reação ao aumento dos preços da Internet. Quão significativo é o fato de esse protesto ter ocorrido dentro da universidade cubana?

R. É o protesto mais importante que houve depois de 11 de julho. É uma manifestação que ocorre em espaços controlados pelo poder. Não acontece nas margens ou fora dos canais oficiais, nem naquilo que chamamos de zonas de autonomia, mas nas próprias estruturas do sistema, dentro de uma organização que tem representação no Conselho de Estado. Não levou as pessoas às ruas, mas as ações de contestação não são apenas ações em que as pessoas saem às ruas. O que é muito interessante é que houve comunicados e assembleias universitárias, dentro da universidade, que se manifestaram contra uma medida do governo. E essa manifestação, discursivamente, é relevante. Os estudantes diziam que não estavam falando somente por eles, que não queriam privilégios, mas que falavam pelo povo de Cuba. Chegaram até a convocar uma greve estudantil e pediram a renúncia do presidente da Federação Estudantil Universitária (FEU). Isso é protestar. Nenhuma dessas manifestações satisfez suas demandas, mas seu sucesso não está aí, e sim no fato de que o protesto em si se tornou uma das ações possíveis diante do descontentamento.

P. Os demógrafos apontam o ano de 2021 como a data em que começa o maior êxodo da história recente de Cuba, o mesmo ano do protesto de 11 de julho. Foi uma estratégia do governo?

R. No imaginário cubano, partir sempre foi uma constante. E o governo, diante de uma crise de legitimidade ou de uma fratura visível do consenso, sempre busca uma maneira de abrir a migração. Isso aconteceu em 1965, com o êxodo de Boca de Camarioca; em 1980, com El Mariel; e em 1994, com a Crise dos Balseiros. Dois meses depois de 11 de julho, o governo cubano assinou um acordo com a Nicarágua de isenção de vistos e abriu essa porta. Foi uma estratégia. O interessante é que, apesar de ser o maior êxodo, embora tenham diminuído os protestos dos intelectuais (alguns dos quais se foram), aumentaram as manifestações populares. Não há liderança, as pessoas se organizam sozinhas.

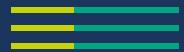
P. Será preciso esperar quase 30 anos para os cubanos voltarem em massa às ruas do país?

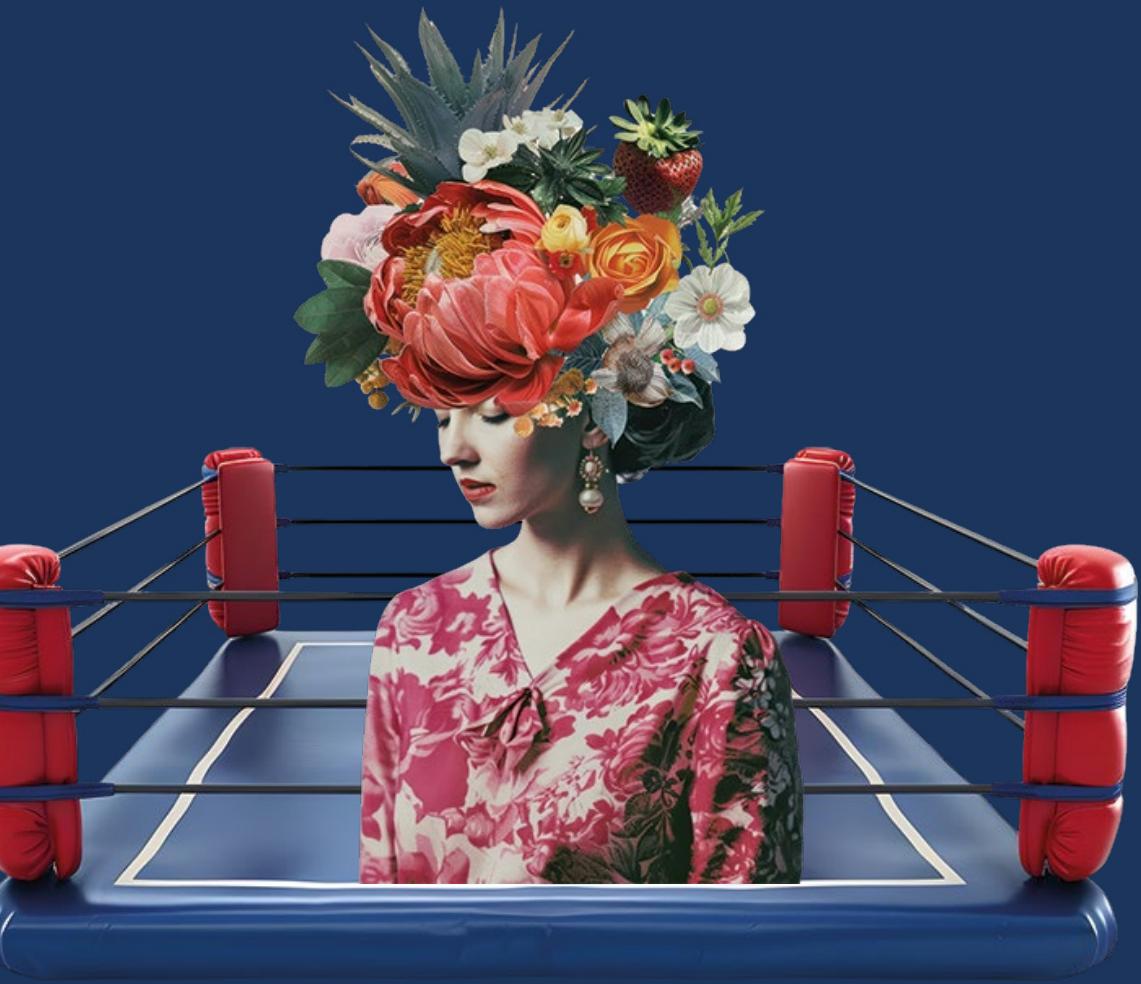
R. Manifestações espontâneas como as de 11 de julho são muito difíceis de prever. O governo aprendeu e exerce uma repressão seletiva e preventiva. Há maior vigilância policial, há repressão, há julgamentos exemplares. Mas acho que agora as pessoas têm menos medo do que antes de 11 de julho, porque têm cada vez menos a perder. A sociedade cubana não é a mesma; é uma sociedade que mudou em muitos aspectos, especialmente na forma como se relaciona com seus governantes, a quem vê como servidores públicos, pessoas que têm uma responsabilidade, e o povo exige isso deles.

Os estudantes diziam que não estavam falando somente por eles, que não queriam privilégios, mas que falavam pelo povo de Cuba. Chegaram até a convocar uma greve estudantil e pediram a renúncia do presidente da Federação Estudantil Universitária. Isso é protestar.



UMA CONTRARREVOLUÇÃO CULTURAL NA AMÉRICA LATINA?





POR **PABLO STEFANONI**

Doutor em História, jornalista e analista de política latino-americana

As novas direitas latino-americanas combinam de forma complexa imagens de retorno à ordem e de rebeldia contra o status quo, mas, na realidade, apenas se adaptam às circunstâncias

Quando se olhava para os números do Chile, parecia impossível que o sistema entrasse em colapso [...], mas, de repente, o sistema entrou em colapso. E entrou em colapso porque, basicamente, o que eles fizeram não foi travar a batalha cultural.” Esta declaração confusa de Javier Milei é curiosa, não tanto porque um presidente “libertário” justifica a ditadura de Augusto Pinochet — vários ultraliberais da época também a apoiaram —, mas porque o **pinochetismo travou uma batalha cultural que transcendeu até mesmo o seu**

próprio regime. Mas, além dos detalhes históricos, o que a declaração do presidente argentino revela é a sua obsessão — e a da nova direita radical — com a batalha cultural; **uma contrarrevolução** no estilo de Viktor Orbán na Hungria, que é admirado hoje por sua luta antiwoke.

O termo “woke”, cujas origens remontam à história do movimento **afro-americano**, foi apropriado pela direita contra seus inimigos. Embora inicialmente servisse para criticar um certo progressismo excessivamente “pastoral”, tornou-se agora **um grito de guerra contra o progressismo** como um todo. Embora até recentemente desconhecido no mundo hispânico, finalmente entrou no discurso público graças à nova direita, incluindo o Vox na Espanha.

“Não importa quão bons sejamos em gestão, ou quão bons sejamos politicamente, não chegaremos a lugar nenhum sem a batalha cultural”, frisou Milei em dezembro de 2024, em uma reunião da *Conservative Political Action Conference* (CAPC), uma rede global com forte presença na América Latina, que constitui um dos megafones da internacional reacionária.

Nos últimos anos, a América Latina tem testemunhado a ascensão de novos movimentos de direita radical, que já estavam transformando as esferas políticas nas democracias ocidentais. A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 abriu a “janela de Overton” — a possibilidade de proferir discursos extremistas sem ser socialmente penalizado —, mas foi a eleição de Javier Milei que deu um impulso sem precedentes a esse fenômeno, que teve como contrapartida **a crise da direita liberal-conservadora convencional**. Em última análise, a região não é estranha à “rebelião pública” (teorizada pelo ex-analista de mídia da CIA Martin Gurri), nem ao ressentimento, à ansiedade, à depressão, à raiva e à desconfiança social abordados por Richard Seymour em seu livro “Nacionalismo do Desastre”.

o resultado de “direitistas covardes”, cuja pusilanimidade acabou abrindo caminho para o retorno da esquerda ou centro-esquerda ao poder em vários países da região. Para Laje, um argentino que é convidado diariamente para diferentes países latino-americanos e tem crescente influência ideológica no governo de Milei, esses direitistas capitularam ao globalismo e até mesmo à agenda woke. **O globalismo, ele disse, é um sistema de dominação mundial e controle total**, “o projeto de poder político mais ambicioso já visto”. Daí a demonização da Agenda 2030.



“
O TERMO “WOKE”
tornou-se agora um grito de
guerra contra o progressismo.
”,

A derrota de Mauricio Macri, na Argentina, e a crise do segundo mandato de Sebastián Piñera, no Chile, foram apenas duas expressões de um fenômeno mais amplo. Para o influenciador reacionário Agustín Laje, isso é simplesmente

Nas duas primeiras décadas deste século, a centro-direita brandiu uma retórica contra o populismo de esquerda, enfatizando as instituições republicanas, acusando os populistas de serem autoritários e defendendo a democracia liberal. Hoje, porém, a direita radical está longe de tais caprichos. Na Argentina, os apoiadores de Milei classificam como “nerds republicanos” os liberais que criticam o desrespeito do Executivo pelas instituições e os constantes “insultos” de Milei a qualquer um que ouse questioná-lo. É por isso que o autoritário presidente salvadorenho, Nayib Bukele, pode aparecer como um modelo em termos de combate à criminalidade — embora, na prática, seu modelo seja difícil de exportar. **Milei pode continuar a afirmar que “odeia o Estado”, mesmo sendo chefe de Estado, e Bolsonaro foi seduzido pela ideia de organizar um golpe de Estado.**

Conexões globais de um projeto antiglobalista

Budapeste, outrora distante geográfica e culturalmente da América Latina, é hoje uma Meca reacionária. Sua influência não precisa mais ser expressa através da tradução espanhola do Vox. Cada vez mais **figuras da direita latino-americana viajam para a capital húngara em busca de inspiração**.

“A imigração ilegal não é um acidente. É uma estratégia. É uma decisão política. É uma arma contra a liberdade do nosso povo”, denunciou o chileno José Antonio Kast — que disputará com grande probabilidade as eleições presidenciais deste ano —, repetindo assim a teoria da conspiração da “grande substituição” propagada pelo francês Renaud Camus. Mas enquanto na Europa o cerne dessa “teoria” está ligado à paranoíta civilizacional em relação ao islamismo, na América Latina a migração é intrarregional (que, no caso chileno, também vota em grande parte na direita, especialmente nos venezuelanos).

Laje, cuja Fundação Faro foi promovida pelo governo Milei, também encontrou na Hungria de Orbán um modelo para seu projeto antiglobalista. Esses novos movimentos de direita também “compraram” a ocidentalização modelada pela extrema direita do Norte. **Postagens de libertários argentinos contra os “perigos” do islamismo nas redes sociais podem ignorar a ausência de imigração muçulmana recente para a região**, replicar visões fantasiosas da “civilização judaico-cristã” e exagerar seu apoio a Israel — assim como o chamado “sionismo cristão”, evangélicos pró-Israel altamente influentes em países como Brasil e Guatemala. “O Ocidente está em perigo” com o socialismo, alertou Milei no Fórum Econômico Mundial de 2024 em Davos. “Aqueles que deveriam defender os valores do Ocidente se veem cooptados por uma visão de mundo que inexoravelmente leva ao socialismo e, consequentemente, à pobreza.” Esse Ocidente é frequentemente resumido nos Estados Unidos de Donald Trump em Israel de Benjamin Netanyahu.

Uma direita rebelde?

Como em outras latitudes, **a nova direita latino-americana combina complexamente imagens de retorno à ordem e rebelião contra o status quo**. Se Milei personificava mais uma direita rebelde, Kast personificava uma direita de lei e ordem. Mas, na realidade, os dois articulam ambos. Milei se gabou de restaurar a ordem nas ruas contra os protestos sociais e, apesar de seu ódio ao Estado, aumentou os gastos com inteligência. De sua parte, Kast clama por “ousadia” para votar nele, e seu criptopinochetismo rima com seu chamado para “ser ousado”.

“
**A IMIGRAÇÃO
ilegal não é um acidente.
É uma estratégia. É uma
decisão política. É uma arma
contra a liberdade do
nosso povo.**

José Antonio Kast

Embora apelem a retrutopias, esses movimentos de direita estão longe de representar um retorno linear ao passado. Em vez disso, adaptam-se a novas circunstâncias. Às vezes, a tragédia se transforma em farsa: Milei, um pró-natalista, só tem “filhos de quatro patas” (o próprio Elon Musk já o alertou que isso não conta); e nem ele, nem sua poderosa irmã Karina, nem sua vice-presidente Victoria Villarruel são casados. Esses movimentos de direita podem até se autodenominar “antigays queer” e contar com inúmeras mulheres “anti-ideologia de gênero” entre suas líderes.



O progressismo regional enfrenta, portanto, um paradoxo: **enquanto forças de centro-esquerda governam um grande número de países** — incluindo Brasil e México —, **elas se sentem diminuídas diante da batalha cultural de um movimento de direita que as desafia nas ruas**. E o mesmo acontece com as mídias sociais, onde trolam, atraem e subjugam adversários progressistas para colocá-los na defensiva. **A direita**, além disso, **conquistou um grande número de jovens**, especialmente, mas não apenas, homens. Seus discursos, especialmente os libertários, parecem mais apropriados para interpretar as mudanças sociotecnológicas em curso. Tudo isso leva a crer que muitos governos progressistas podem ser substituídos por forças de direita entre 2025 e 2026.

Mesmo assim, as sociedades latino-americanas passaram por **profundas transformações** nos últimos anos, incluindo a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo e do aborto em vários países, e não parecem dispostas a aceitar passivamente restaurações conservadoras. Não é por acaso que uma das maiores manifestações de rua contra Milei foi convocada por grupos LGBTI+

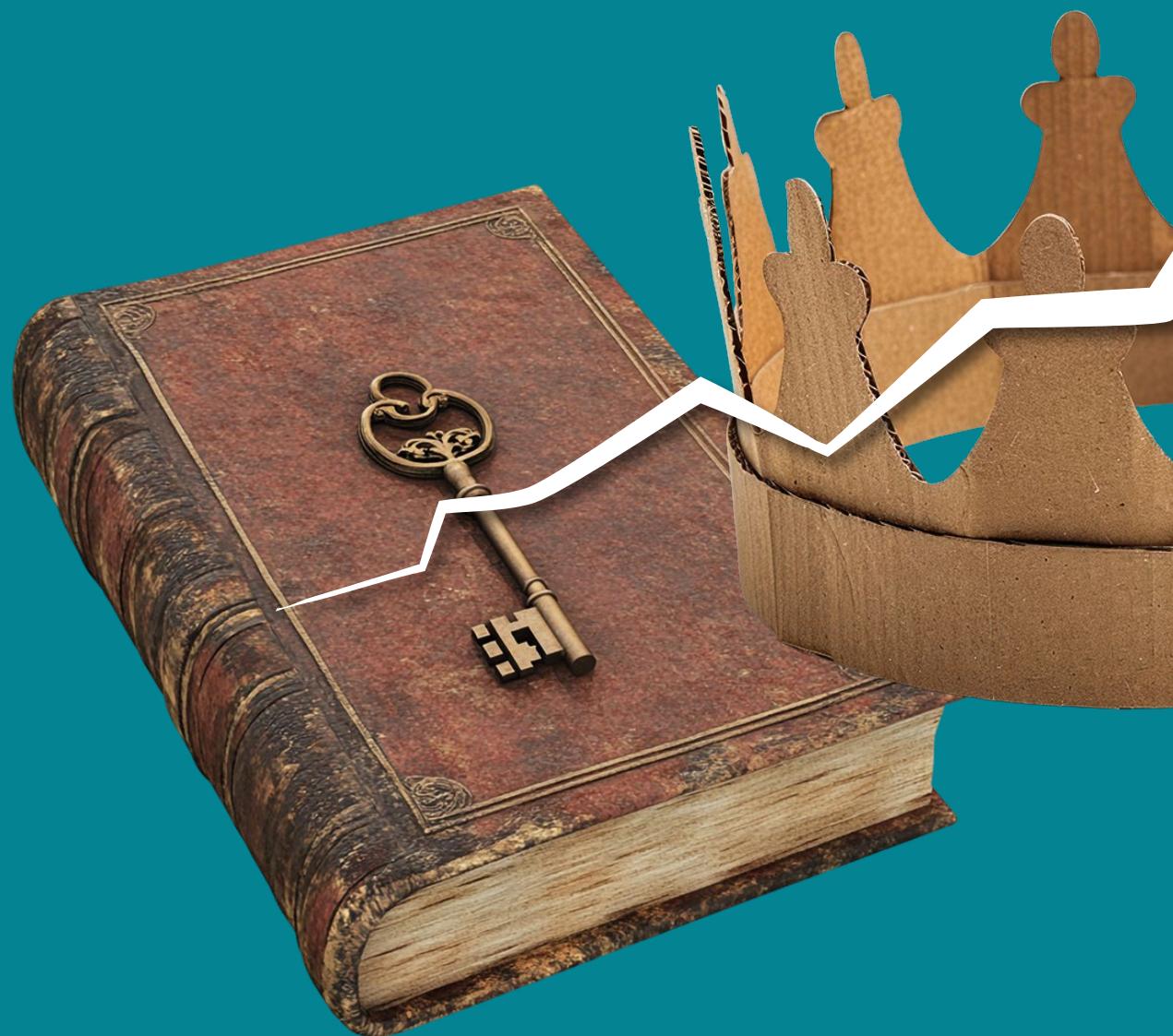
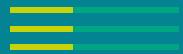
após suas declarações no Fórum de Davos, onde o sentimento antiwoke o levou a confundir homossexualidade com pedofilia (uma analogia que, ele posteriormente esclareceu, só se aplicaria a gays woke). O slogan “Nunca mais voltaremos ao armário” mobilizou milhares de pessoas, não apenas homossexuais, no centro de Buenos Aires.

Por enquanto, **nenhum desses movimentos de extrema direita conseguiu impor seu projeto político** (gerando hegemonia), com exceção de Bukele, cujas posições ideológicas são bastante complexas e que governa um país pequeno. Bolsonaro não foi reeleito e está atualmente impedido de concorrer, Milei apostará parte de seu futuro nas eleições de meio de mandato deste ano e outros, como Kast, tentarão vencer nas próximas eleições. O progressismo ainda representa amplos setores da sociedade, embora com sua “segurança ontológica” erodida, e mantém uma capacidade considerável de mobilização quando encontra uma bandeira unificadora. De fato, pode-se dizer que **parte do radicalismo da nova direita advém do medo de que os progressistas recuperem a autoconfiança e partam para a ofensiva**.

As sociedades latino-americanas passaram por profundas transformações nos últimos anos, incluindo a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo e do aborto em vários países.



OS DESAFIOS DA DIVISÃO DOS PODERES.





POR MANUEL ALCÁNTARA

Doutor em Ciência Política, catedrático da Universidade de Salamanca, pesquisador e escritor especializado em política comparada da América Latina

Uma das características político-institucionais mais comuns dentro da enorme heterogeneidade dos países latino-americanos é o **presidencialismo como forma de governo**. Baseada no credo liberal, a divisão estrita dos poderes impôs-se nas novas repúblicas e sua continuidade manteve-se ao longo do tempo. A única exceção foi o Brasil, onde prevaleceu uma fórmula monárquico-imperial, herança de Portugal, até sua definitiva eliminação em 1889.

Além disso, o presidencialismo trouxe consigo a **separação radical dos três poderes**, com dois aspectos centrais além de sua funcionalidade: **a origem independente de cada um e a vocação** para o equilíbrio entre eles, um sistema de contrapesos. Após 200 anos — e à luz das experiências acumuladas no exercício cotidiano da política (com diversas interrupções e manifestações locais, às vezes traumáticas, como as associadas ao populismo) —, somadas às profundas transformações sociais ocorridas, essa forma de governo é hoje **uma fonte inequívoca de problemas** no que diz respeito ao princípio da divisão de poderes.

Há três aspectos que devem ser levados em consideração e que se situam no âmbito de uma profunda transformação em consequência das mudanças exponenciais registradas pelos efeitos da revolução digital. **O primeiro refere-se à excessiva preponderância presidencial articulada na tradição do caudilhismo.** A enorme personalização da política trouxe consigo a imposição da figura presidencial. O fato de que “o vencedor leva tudo” dificulta certas fórmulas de consenso e negociação. Isso representa uma séria ameaça à institucionalidade democrática, pois os aspectos ligados à experiência, à formação e à personalidade presidencial desempenham um papel muito relevante, e os incentivos para não colaborar com os outros poderes e demais atores são muito altos.

Dante de políticos com longa trajetória e comprovada capacidade de governar, atualmente este alto cargo é ocupado por figuras que possuem uma combinação perversa de ambição e narcisismo, fortemente empoderadas pelo calor popular. A improvisação, a megalomania e a ausência de equipes preparadas para realizar a ação governamental são as notas predominantes. Isso está relacionado com a dificuldade, já tradicional, de estabelecer mecanismos de cooperação com os outros poderes do Estado.

O segundo aspecto tem a ver com a volatilidade e a transformação radical dos sistemas partidários, bem como com a manutenção de fórmulas de representação proporcional para o acesso ao Poder Legislativo.

A crise de representação em que se encontram a maioria dos países é produto da perda de identidade (e de credibilidade) dos partidos perante o eleitorado, bem como do questionamento de sua função de intermediação. Isso tem uma implicação especial na configuração do Poder Legislativo, no qual predominam a atomização e a falta de coesão interna e de disciplina dos diferentes grupos. Dessa forma, a possibilidade de formar coalizões sólidas e estáveis é muito reduzida. A tudo isso se soma uma situação frequente, quando a presidência da República não tem nenhum partido ou sua relação é frágil e instável. Quando essa alta autoridade está em minoria em relação ao Legislativo, os bloqueios são constantes, como ocorre na maioria dos países, sendo paradigmáticos os casos atuais da Colômbia e da Guatemala (neste último, soma-se ainda o assédio judicial ao Executivo). Quando conta com maioria, por outro lado, a máquina governista elimina qualquer possibilidade de alcançar compromissos, como acontece no México ou em El Salvador.

Uma análise do panorama presidencial latino-americano em meados de 2025 revela um número insólito de casos nos quais se podem constatar situações relacionadas com o que aqui se aponta, independentemente do grau de qualidade da democracia do país em questão. Rodrigo Chaves, presidente de um dos países com maior nível democrático, como é o caso da Costa Rica, chegou ao poder sem praticamente nenhuma experiência prévia nem partido político. Os casos de Xiomara Castro, Javier Milei, Dina Boluarte, Gustavo Novoa, Gabriel Boric e José Raúl Mulino são semelhantes. Gustavo Petro tinha uma sólida trajetória política pessoal, mas não um partido funcional, algo que, de certa forma, é semelhante ao caso de Nayib Bukele. No passado recente, até mesmo Jair Bolsonaro mudou várias vezes de partido durante sua presidência.



A MANEIRA
como as pessoas se
comunicam e se informam
implica que a política seja
conduzida por meio de novos
mecanismos e processos
diferentes.

“

Esse aspecto se inserem num momento atual de profundas transformações sociais, consequência da revolução digital exponencial. As relações humanas têm mudado de forma muito rápida e ampla, e a maneira como as pessoas se comunicam e se informam implica que a política seja conduzida por meio de novos mecanismos e processos diferentes. O uso da intermediação por assessores especializados, que constroem a oferta política dos candidatos, assume um papel central. Desse modo, as democracias enfraquecidas ocorrem no seio de sociedades cansadas, e são os especialistas em novas tecnologias que conduzem a política.



O terceiro aspecto refere-se ao papel sempre complexo do Poder Judiciário. Hoje mais do que nunca envolvido em uma forte polêmica sobre sua origem, esse âmbito acentuou sua atuação na política na última década. A tensão entre a judicialização da política e a politização da justiça está presente. Assim, o cenário mais dramático é o da Guatemala, enquanto o do México é o que suscita mais expectativas, e também críticas, após a recente eleição popular dos juízes (com uma participação popular muito minoritária). Da mesma forma, na maioria dos países, há casos com processos judiciais abertos contra ex-presidentes e, embora seja muito difícil discernir o caráter estritamente penal da situação, os efeitos sobre o cancelamento de suas carreiras políticas são definitivos. As recentes sentenças contra Juan Orlando Hernández, Alejandro Toledo, Jair Bolsonaro, Evo Morales e Cristina Fernández são prova disso. O caso de Álvaro Uribe aguarda sentença (no momento da redação deste artigo, o veredito ainda não era conhecido) e Ricardo Martinelli, Tony Saca e Rafael Correa, condenados em primeira instância, permanecem exilados.

Diante dessas transformações, o velho quadro da separação de poderes encontra-se hoje em leilão devido à dinâmica política de seu uso, mas, principalmente, pelas mudanças sociais ocorridas, que exigem novos mecanismos para canalizar as relações de poder. A ascensão de novas corporações tecnológicas no âmbito do capitalismo global é também um fenômeno disruptivo. A tensão clássica relativa ao papel dos indivíduos na hora de enfrentar seus conflitos mais essenciais deve hoje ser canalizada para um cenário em que as condições do jogo político mudaram profundamente. Não só surgiram novas regras do jogo no que diz respeito a fatores essenciais da vida, como a comunicação, a informação e as relações pessoais. Também surgiram novos jogadores impulsionados por um poder financeiro empresarial criado a partir de uma nova forma de intermediação graças ao poderoso manejo dos dados, o que é difícil de entender com a doutrina da separação de poderes.



OEI

Bravo Murillo, 38 28015 Madrid, España
(+34) 91 594 43 82
oei@oei.int